

===== **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E OITO:** =====

===== Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano dois mil e oito, pelas dezassete horas e trinta minutos, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor **Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e **José Alves da Silva** – Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte: =====

===== **Ponto um:** *Votação da acta n.º 28;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto três:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Escola Secundária Ferreira de Castro, com vista ao fornecimento do serviço de refeição escolar a onze alunos e duas auxiliares do Jardim-de-infância de Lações – Bairro Social, no ano lectivo 2008/2009 – Autorização;* =====

===== **Ponto quatro:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Comissão de Melhoramentos de Palmaz – Autorização;* =====

===== **Ponto cinco:** *Proposta de adesão do Município à Entidade Regional de Turismo – “Turismo do Porto e Norte de Portugal” – Autorização;* =====

===== **Ponto seis:** *Regulamento Municipal de Publicidade – Aprovação;* =====

===== **Ponto sete:** *Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas – Aprovação;*

===== **Ponto oito:** *Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis – Pedido de isenção de pagamento de transportes municipais – Aprovação;* =====

===== **Ponto nove:** *Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 1.º semestre de 2008 – Conhecimento e tomada de posição;* =====

===== **Ponto dez:** *Revisão ao Orçamento e PPI/ 2008 – Aprovação/ Ratificação;* =====

===== **Ponto onze:** *Proposta de atribuição de lugar de estacionamento destinado a deficiente – Centro de Saúde Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto doze:** *Proposta de atribuição de lugar de estacionamento destinado à Paróquia de Oliveira de Azeméis, no Parque de La-Salette – Aprovação;* =====

===== **Ponto treze:** *Processo n.º 2276/07 – GONVARRI – Produtos Siderúrgicos, S.A. - Margem de acerto nos termos dos n.ºs 2 e 4 do art.º 70 do RPDM;* =====

===== **Ponto catorze:** *Processo n.º1549/07 – Gestamp Aveiro – Indústria de Acessórios de Automóveis, S.A. - Margem de acerto nos termos dos n.ºs 2 e 4 do art.º 70 do RPDM;* =====

===== **Ponto quinze:** *Designação de um Membro da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Educação para o biénio 2008/2010;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Designação de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação para o biénio 2008/2010.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Isidro Marques Figueiredo, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, José Francisco Brandão de Oliveira, Jorge Leonel Figueiredo de Almeida, Paulo Manuel Matos Ferreira, Jorge Manuel da Costa Alves Rosa, José Filipe da Silva Carvalho, Nuno Ricardo Fernandes Pires, José Maria de Pinho Silva, Marcial Abel de Ascensão Vaz Santiago, António Alberto Bastos, António Rodrigues dos Reis, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, António Nobre Azevedo, Ilídio Barbosa Lopes, António de Jesus Silva e André Lourenço Pinheiro Ribeiro.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Maria Helena Terra de Oliveira, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Ana Maria Jesus da Silva, Joaquim Jorge Ferreira, Hélder Martinho Valente Simões, Paulo do Amaral Alegria, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Armindo Fernando Martins Nunes, Lino Manuel da Costa Ferreira, José Ramos da Silva, Bruno Armando Aragão Henriques, Agostinho Carmo Tavares, António Costa Godinho Oliveira, Nuno Miguel Soares de Jesus e Maria Isabel Correia da Costa.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *António Alberto Vieira Dias.* =====

===== **Do Partido Comunista Português (PCP):** *Óscar Fernando Soares de Oliveira.* =

===== **Independentes:** *Rodrigo Moreira da Silva e Luís Filipe Moreira Silva Bastos Oliveira.* =====

===== **E a ausência dos seguintes Membros:** *António da Silva Xará, Diamantino Melo de Almeida e Manuel Figueiredo Pereira.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade do Senhor António Alberto Bastos, que marcou presença nesta Assembleia, para substituir a sua colega de Partido Prof. Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena – Primeira Secretária, em virtude da mesma ter solicitado a suspensão do mandato, por motivos de saúde.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa declarou:* =====

===== Boa tarde. Estamos em condições de dar início à Assembleia Municipal. Já não se faz a algum tempo o “Período de Antes da Ordem do Dia” e, portanto, há muitos assuntos para serem abordados. Peço a compreensão de todas as Bancadas Parlamentares para ver se conseguimos fazer o “Período de Antes da Ordem do Dia” sem grande agitação. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa deu início à Sessão. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Armindo Nunes, do PS, que interveio da seguinte forma: =====

===== Tendo entrado em discussão pública, na última semana, os traçados previstos para o IC2, considero oportuno tomar uma posição pública sobre as soluções apresentadas, enquanto residente numa das freguesias fortemente afectadas e como Membro da Bancada Socialista. O tema é muito importante e por isso a nossa Bancada teve a preocupação de fazer desde logo uma análise cuidada do estudo e das soluções apresentadas e das várias vertentes que enformam as opções em análise. E concluímos com clareza que a Alternativa 5A (isto é, o traçado mais a nascente) é aquela que, de um modo geral, melhor concilia os interesses das povoações abrangidas e os objectivos da construção do IC2. Com efeito, com esta Alternativa 5A são solucionados alguns dos maiores constrangimentos que resultavam da solução 1 e da Alternativa 5, designadamente os seguintes: 1 - A freguesia de Pinheiro da Bemposta, já dividida longitudinalmente pela ENI, seria uma vez mais rasgada, desta vez por uma via de circulação rápida, isolando zonas edificadas da parte nascente e da parte poente dos lugares mais a sul. 2 - Os anteriores traçados, colidiam com zonas do chamado corredor ecológico pensado pela equipa do PDM, pelas suas características ambientais, afectando mesmo a infraestrutura que a Autarquia ali está a construir. 3 - A nova Alternativa não prejudica o objectivo estratégico essencial para o concelho, que é a necessária ligação às novas acessibilidades, nomeadamente a A32. Como do próprio estudo se infere, as Alternativas resultam do estudo de campo e da necessidade de encontrar as soluções mais adequadas a cada caso, minimizando os impactos negativos, no ordenamento territorial, no ambiente e na actividade pessoal e económica dos habitantes. A Alternativa 5A é apontada como a melhor solução. É oportuno referir, para terminar, que, em relação ao Pinheiro da Bemposta, foi já tomada uma posição favorável à Alternativa 5A em Assembleia de Freguesia de 26 de Junho último, posição que mereceu o consenso de todas as forças políticas. Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Nuno Pires, do PSD. =====

===== Em virtude da chegada do Outono e com o aproximar do Inverno é certo que o nosso Município carece de algumas intervenções mais urgentes, nomeadamente no que diz respeito a questões rodoviárias. As estradas da nossa cidade bem como de algumas freguesias precisam que a Câmara Municipal tome medidas rápidas para que os problemas não se agravem com o pico do Inverno. Recentemente tivemos um exemplo daquilo que poderá acontecer num futuro próximo, mais concretamente na Rua Bento Landureza. Senhor Presidente, há já algum tempo que estão previstas estas intervenções, a Bancada Parlamentar do PSD pretende saber para quando e de que forma é que o Executivo resolverá esta situação.

Gostaríamos também de saber qual o ponto de situação do Troço 03 e do Troço 07 e para quando estarão à disposição de todos os Oliveirenses. Obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV. =====

===== Boa tarde. Eu por vezes costumo ser um bocado chato, aliás é uma característica, uma virtude que me diz respeito, mas sempre no bom sentido, pela positiva. A questão que eu aqui queria colocar uma vez mais tem a ver com o Centro de Saúde. Na reunião realizada no dia 28 de Abril, a uma pergunta minha feita ao Senhor Presidente da Câmara, quanto à conclusão das obras do futuro Centro de Saúde, que deveriam já estar concluídas em Setembro de 2006, o Senhor Presidente da Câmara disse que aproveitou a oportunidade da visita da Senhora Ministra para a inauguração dos Serviços de Urgência do Hospital S. Miguel para lhe colocar este problema e que a Senhora Ministra informou que se iria interessar pelo problema e que iria tomar posição, o mais breve possível, em relação ao processo e que depois posteriormente lhe informaria. Com certeza que o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores e Colegas, que passam lá muitas vezes, verificam que aquilo está num estado lastimoso. Eu reitero a mesma pergunta que fiz em Abril e se existe alguma resposta ou solução com vista, por parte da Tutela, ou por parte da Administração Regional do Norte, penso que é a quem agora pertence, do Centro ainda, quanto ao início e em relação à conclusão das obras, se a empresa era a mesma, se irá ser outra tendo em conta a situação de falência da mesma, porque os Oliveirenses anseiam, não só os Oliveirenses mas até os próprios Técnicos de Saúde do actual Centro de Saúde, aspiram em relação à conclusão desta obra. Em relação à segunda questão, tem a ver até com uma questão que o meu Colega colocou aqui anteriormente, que tem a ver com a chuva intensa e que por ser muito intensa por vezes colocam ruas intransitáveis devido até à própria intensidade, mas também devido à própria situação em que se encontram as margens da rua que depois provocam inundações e estou a falar, concretamente, em relação à Rua Bento Landureza. Todos sabemos o que se passou no passado domingo, dia 21, e penso que também o Senhor Presidente passa por lá, aliás é uma rua com muita acessibilidade e onde moram centenas e centenas de moradores, eu passo lá várias vezes e penso que é uma rua que não se condigna com o nome de Bento Landureza. É uma rua que está num estado lastimoso, com os paralelos pelas margens. Perguntava aqui também, ao Senhor Presidente da Câmara, se há alguma solução em relação ao problema, tendo em conta que vamos entrar agora num período de Inverno, que poderá provocar intempéries e inundações em diversas casas de moradores. Isto é um problema, pelo que perguntava ao Senhor Presidente se há alguma perspectiva para a resolução do problema daquela rua. Obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Dr. Vieira Dias, do CDS/PP. =====

===== Vou chamar aqui alguns pontos à baila. Falamos em vias de comunicação, eu queria acrescentar a essas mesmas, que foram apontadas pelos dois elementos que me antecederam, a Rua Vasco Ortigão. E a Rua Vasco Ortigão, por um motivo ainda maior, porque é uma via de chegada, ou de partida, do ponto número um de Turismo em Oliveira de Azeméis, que é o Parque de La-Salette. A mesma rua necessita no entanto de alargamento, de ser alargada. Quanto às outras também estamos de acordo. Vamos para o sentido de trânsito. A ocupação contínua é persistente, nos pontos de paragem do TUAZ tem que ser abolida. Bem sabemos que a falta de marcação no solo pode ser um elemento que permita tomar como

tolerância o estacionamento. É preciso agir e agir também em relação ao futuro, porque os nossos Oliveirenses, ou as pessoas que se sirvam do TUAZ, que são os Transportes Urbanos de Oliveira de Azeméis, têm a necessidade de também serem abrigados das intempéries. Aliás, o TUAZ merece uma palavra de referência: cada vez vejo mais gente a usar os transportes públicos de Oliveira de Azeméis. Fico feliz por isso e quero que seja, no futuro, mais extensa a sua rede. A rede de quando um dia tivermos a coragem de tornar a área urbana da cidade de Oliveira de Azeméis bem maior do que aquela que é. Por outro lado, também quero falar na falta de visão que muita gente tem, que quando vindo do sul pela Rua António Alegria, quer inflectir à esquerda na Rua Manuel Brandão. A existência de um placar impossibilita, ou pelo menos dificulta muitíssimo, a entrada na rua. São pequenos conselhos que eu estou a dar e que certamente são fáceis de corrigir. É o mesmo que se passa lá em baixo, junto à rotunda do segundo “Pingo Doce”, ou se quiserem o “ex supermercado Plus”. Também, por outro lado, na Avenida António José de Almeida, logo imediatamente a seguir à Rua Dr. Miguel Castro, uma placa a indicar sentidos autorizados e claro que aquela seta de sentidos autorizados deveria ser complementada com a indicação que podia cortar à direita, à esquerda ou ir em frente. Estes eram um dos assuntos que eu vos queria pôr. Por outro lado, tem o incómodo outro assunto que aqui tenho que pôr. Aqui há uns anos, a nível do País, massificaram-se os planos de férias e em vez de haver uma alternância salutar como havia antes, começou-se por fechar por atacado todos os comércios e todas as indústrias. Deviam ser férias repartidas. O Governo, depois de ter feito esta asneira, começou a beneficiar os funcionários públicos para quem gozasse fora dos períodos de férias, gozassem mais tarde. Mas a verdade é que esta Biblioteca Municipal terá estado encerrada na primeira quinzena do mês de Agosto. É verdade também que a Biblioteca que existe junto à Junta de Freguesia estará estado também encerrada no mês de Agosto, na segunda quinzena, alguns dias. Não é qualquer terra que tem o gabarito de ter ensino universitário. Temos nós cá, a Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa. Temos nós cá, o Pólo Universitário da Universidade de Aveiro. Tudo isso são responsabilidades acrescidas e o saber não pode ficar fechado, tem que estar aberto. Pode ter passado. Queria que isso fosse corrigido no futuro e é por isso mesmo, Senhor Presidente, que eu chamei à baila este assunto. Mas não só. Na altura em que há muitos Oliveirenses que voltam à sua terra, seria salutar que aqui viessem, mesmo que não fosse para ler, só para conhecer, eles deviam até deleitar-se, como eu, quando apreciam o pôr-do-sol em zona conveniente aqui dentro desta Biblioteca. Talvez eu seja sonhador, mas não sou de certeza. Era isso que eu queria dizer. Queria dizer também algo sobre Turismo e vou já me adiantar, se o Senhor Presidente me entender, assim nessa altura nós já não tocaríamos no assunto. O Turismo representa 10% a 12% do PIB (Poder Interno Bruto), dá emprego a meio milhão de pessoas, fora aqueles que em função do comércio que é aumentado, ou da hotelaria, sobe noutro período. A aposta no Turismo é aposta certa, mas não podemos continuar a perder o comboio. Erradamente, e digo erradamente porque manifestei na década de 80 esse mesmo erro, foi contra esse erro, eu fui a favor de que a edificação feita em terreno do Parque de La-Salette e como os donativos generosos do povo de Oliveira de Azeméis, nos quais eu me incluo com uma minúscula parcela, foi entregue à Câmara e a Câmara achou por bem que fosse uma Estalagem. Melhor seria se tivesse sido entregue às Pousadas de Portugal, porque cada consulado, cada Embaixada, era o veículo constante do nome de Oliveira de Azeméis. Creiam que uma vez quando entrei no recinto de uma determinada casa, onde estava o jornal “A Voz de Azeméis”, eu fiquei ufano, fiquei contente por ver lá o nome de Oliveira de Azeméis, em terra tão distante. Poderão não gostar, há muita gente que não gosta, que até pode “morder os lábios” por discordar comigo. Senhor Presidente, o Turismo tem que ser aposta e não pode ficar simplesmente restrito à zona antiga, não pode simplesmente ficar restrito à zona do Parque de La-Salette, não pode ficar

restrito simplesmente ao Pinheiro da Bemposta, a alguma coisa que exista em Macieira de Sarnes também para o Turismo, mas tem que crescer mais. Temos de aproveitar as margens do Caima, temos que pensar nele. Se é certo que temos uma unidade hoteleira de quatro estrelas, de muito nível, a verdade é que não temos hotelaria média, para grau médio, que seria possível pedir-se a quem investisse nesse sentido no concelho de Oliveira de Azeméis. Senhor Presidente, é preciso repensar a Pousada, ou antes a Estalagem. Está desocupada há tempo demais para ser verdade. É preciso pensar para que lado é que temos de cair. Pensamos também que o Senhor, ou a Câmara Municipal, não tem a verba para resolver todos os assuntos, mas quando não se pode procuram-se parcerias para que isso se torne possível. Como creio que os meus cinco minutos estão ultrapassados, muito obrigado e até à próxima. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.

===== Sobre a intervenção do Senhor Armindo Nunes, eu quero-lhe dizer que a Câmara Municipal está debruçada sobre as hipóteses colocadas pelo Instituto de Estradas de Portugal. O nosso Gabinete de Planeamento está em contacto também com eles e com certeza que iremos procurar apresentar como solução aquela que entendermos que tem mais viabilidade e que responde a todos os requisitos que nós pretendemos para esta via. Portanto, nós brevemente, o Sector vai decidir e vai reunir com o Instituto de Estradas e com certeza levar a solução que nos parece mais viável e mais consensual. É bom darem esta informação à Câmara, através da posição do Pinheiro da Bemposta. Travanca também terá alguma coisa a dizer e irá na altura dizer se será uma oportunidade boa para nós. Relativamente às intervenções na cidade, nós temos várias intervenções, há aqui mais do que uma intervenção a falar em termos de pavimentações, tanto do Nuno Pires como do Óscar Oliveira, eu quero dizer que nós vamos pavimentar em muito breve a Rua 25 de Abril, a de Santo António, com a inserção na de Santo António até ao final dos paralelos, portanto até ao mercado. Iremos também fazer a ligação, que está aprovada pelo Instituto de Estradas, à rotunda do Sul que depois liga para Vale de Cambra e para Travanca. é um troço pequenino, mas o projecto já está aprovado e está aceite pelo Instituto de Estradas. Já está a decorrer o concurso. Além destas, vamos também ainda fazer a Rua Manuel Alves Soares, que neste momento ainda não está em concurso e também temos a vontade de realizar a beneficiação da Bento Landureza. Mas queria dizer ao Senhor Óscar Oliveira que lá não há paralelos e não foram paralelos pela estrada abaixo junto com a água. Foi lama proveniente das valetas e também de obras de prédios, que se estão a construir neste momento. Atenção que há obras nesta zona que dificultam, e que dificultaram até este momento, em prepararmos a rua convenientemente e de acordo com o projecto que existe para lá, porque se não é fazermos passeios e depois os construtores partem-nos; é fazer saneamento e depois também partirem. Nós temos que arranjar, e já arranjamos os de cima, consoante a construção vai evoluindo. Nós estamos atentos a isso. Relativamente ao Centro de Saúde, eu queria dizer que o Centro de Saúde continua debaixo da alçada da Administração Regional do Centro. Há dias a Directora contactou-me, para tirar algumas informações relativamente ao empreiteiro, eu dei-lhe a informação que o empreiteiro ainda não faliu, que estava numa fase difícil, mas que estava inclusive com uma obra da Câmara Municipal que é o Centro Escolar de Azagães. Claro que não é um grande empreiteiro e ele não quer, nem está interessado em continuar com a obra do Centro de Saúde, tanto que apresentou uma proposta de indemnização e há-de pedir uma indemnização de dois milhões de euros à Administração Regional de Saúde do Centro, quando pode ser a Administração Regional a pedir uma indemnização ao empreiteiro, mas há estas habilidades. Eu aconselhei, uma vez que o empreiteiro não está interessado, que aproveitassem

a ocasião para negociar com ele, nem que tivessem que lhe dar alguma coisa, a transferência dos contratos. Fazer a transferência do contrato para a Administração Regional de Saúde e que dessa forma a Administração Regional de Saúde não tinha necessidade de fazer concurso público. Se accionar outro método judicialmente e ele perder a empreitada, a Administração Regional de Saúde do Centro tem que fazer um concurso público. Nós já fizemos desta forma, com Arquivo Municipal, em que negociamos a transferência que tinham dos direitos contratuais e negociamos com uma outra empresa e já não necessitamos de fazer um concurso público, porque um concurso público demora uns meses largos. Isto está a decorrer, a Administração Regional de Saúde do Centro está a trabalhar neste aspecto e com certeza que contará com o apoio da Câmara para arranjar a melhor solução. Brevemente iremos ter notícias relativamente à continuidade da obra, porque neste momento a Administração quer acabar a obra o quanto antes e entendemos que é urgente. Amanhã vou ter uma reunião com o Dr. Virgílio e com certeza que é para ele se queixar do estado em estão as instalações. Vamos os dois fazer mais pressão junto de Coimbra e também dialogar com o próprio empreiteiro, que neste momento tem uma capacidade muito reduzida, porque o pessoal que anda na trabalhar no Centro Escolar de Azagães, é pessoal subcontratado e o Centro de Saúde não é um Centro Escolar, é muito maior que um Centro Escolar. Relativamente a isto era o que me apraz registar neste momento e informar. Relativamente a algumas questões que o Senhor Dr. Vieira Dias colocou em relação ao TUAZ. Não temos abrigos, alguns locais onde param nem sequer espaço têm para colocar abrigos. Nós vamos estudar melhor, aproveitar os seus conselhos. Relativamente à Biblioteca, é um bocado difícil nós podermos ter o mês todo aberto, porque o quadro que temos é um quadro limitado, não podemos alongar muito o quadro porque é pessoal muito especializado e que nos custa muito dinheiro. O Turismo, para mim também é uma grande aposta que nós podemos fazer e até podemos aproveitar o QREN para fazer algumas intervenções, quer a nível do Parque de La-Salette, quer a nível de requalificação de alguns espaços verdes, assim como nas margens dos Rios Caima e Antuã. Só podemos fazer as candidaturas quando abrir os eixos para que possamos fazer as candidaturas. É bom, existe já um exemplo, existe um Oliveirense que vai investir nas margens do Rio Caima, que a Câmara Municipal tem estado dentro do projecto, tem reunido com ele, ainda na semana passada reuni com o investidor, que já tem mais uma ideia de aumentar mais uma valência naquele espaço e vamos continuando a trabalhar nesse sentido. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Terra, do PS. =====

===== Boa tarde. Eu antes de mais e como questão prévia, não obstante ter feito questão de o salientar do ponto de vista pessoal, queria em nome da Bancada do PS que aqui represento, endereçar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como digo desta vez não é em meu nome pessoal que já o fiz, mas em nome da Bancada do PS que represento, a manifestação do nosso desejo de rápidas melhoras para o Senhor seu Pai, que tendo visto a sua saúde abalada de forma inesperada, tanto quanto sei encontra-se hoje já em recuperação. Portanto, para dizer que a Bancada que represento deixa aqui os votos de que essa recuperação seja total e sobretudo rápida. Relativamente àquilo que me trazia: numa tarde soalheira de Dezembro do ano passado, num espaço de restauração do nosso concelho e emoldurados por um espaço natural de rara e apreciável beleza, o Executivo Camarário de Oliveira de Azeméis do PSD, nesta circunstância e com a pompa protocolar própria de qualquer grande acto, anunciou, em conferência de imprensa, que iria abrir concurso público para “recrutar” um parceiro privado com quem constituiria uma sociedade anónima, de capitais maioritariamente privados, para que

esta sociedade viesse a construir um vasto conjunto de obras – todas necessárias, é certo! – e que os sucessivos executivos do PSD, ao longo de mais de três décadas no nosso concelho foram incapazes de levar a cabo, como sejam: - a construção do novo edifício dos Paços do Concelho; - a construção dos novos estaleiros municipais; - a construção de um complexo de piscinas municipais cobertas na Vila de Cucujães; - a requalificação do edifício Sequeira Monterroso; - e a requalificação do edifício onde estava instalada, até há meses atrás, a Biblioteca Municipal. Nessa mesma circunstância, o Vereador responsável pelas Finanças do nosso Município – Dr. António Rosa – assegurou dois aspectos fundamentais: a) Que os parceiros podiam ser mais do que um, pois a parceria a realizar teria uma dimensão assinalável; b) Que até meados de 2008, ou seja, que até final de Junho do corrente ano, a dita sociedade anónima estaria já constituída e em pleno funcionamento. Na Assembleia Municipal Ordinária de Dezembro último, fomos todos nós chamados a pronunciar-nos sobre isto. A maioria PSD nesta Assembleia, bem se adivinha, sem questionar o que quer que seja, simplesmente ovacionou – algo a que já estamos habituados. A Bancada do PS que agora e aqui represento, nessa altura pelas vozes do Dr. Fernando Pais, Eng.º Joaquim Jorge e eu própria, levantou várias questões para reflexão; colocou várias perguntas – as quais ficaram todas sem resposta (facto a que também já estamos habituados). Mas, no essencial, e para o que aqui e agora importa, referimos que a proposta que nos era apresentada – embora concordássemos com o modelo de celebração de Parcerias Público-Privadas – estava insuficientemente instruída; continha lacunas importantes das quais salientámos, na altura como uma das mais importantes, a falta de um estudo de sustentabilidade financeira para pelo menos doze anos – o prazo mínimo que consideramos indispensável para se poder planear com uma margem mínima de segurança investimentos como os que nos eram anunciados. Apesar disso e apenas mais uma vez, sem um porquê ou um argumento que rebatesse os que apresentámos, a maioria do PSD aprovou a proposta do tal qual. Dizer, uma vez mais, que nós tínhamos razão e que a tínhamos antes do tempo, é algo que se tornou num lugar-comum, que além de começar a cansar, não resolve nenhum problema aos Oliveirenses – e isto, a resolução dos problemas do Oliveirenses, é o que nos motiva, não é a circunstância de termos ou não razão! E assim, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis abriu concurso para o efeito no início do corrente ano e só depois disso e do prazo do concurso ter decorrido é que pediu um parecer técnico para “habilitar” o júri do concurso a decidir – coisa que só aconteceu sete meses depois! Tanto tempo perdido, completamente perdido! Tantos procedimentos administrativos perfeitamente dispendidos e perfeitamente dispensáveis! Tantas reuniões do dito júri (pelo menos quatro)! Apesar disso ainda são precisos mais dois meses e, portanto, só nove meses depois, o Executivo Municipal, em documento assinado pelo Senhor Presidente, este concluiu, entre o mais o que passo a citar: “O custo de construção proposto é demasiado elevado, implicando um risco de investimento do Município demasiado elevado”, conclusão da qual resulta a decisão da não-adjudicação no dito concurso de Parceria Público-Privada. Ou seja, o Executivo Municipal concluiu, sublinho, nove meses depois, aquilo que nós, o mesmo tempo antes, havíamos anunciado. É caso para dizer que foi um parto difícil e que, embora com o tempo de gestação normal para um ser humano, ultrapassou os limites do razoável para a gestação de uma decisão política que à partida já tinha que se prever como desastrosa! Digamos que foi um “parto com fórceps”! Não é ainda despiciendo salientar que o júri que “pariu” esta proposta de decisão era e foi presidido pelo mesmo Senhor Vereador que, em Dezembro de 2007, assegurou sem margem para dúvida que até meados de 2008 a Sociedade Anónima não só estaria constituída, como estaria em pleno funcionamento. Falamos do Dr. António Rosa, aliás aquele que, no Executivo, mais tem que saber sobre Finanças e que, por isso mesmo, antes da decisão de abrir concurso prescindiu do estudo de sustentabilidade financeira por nós proposto e depois de o dito concurso estar encerrado pediu um parecer técnico

elaborado por uma habilitadíssima empresa na área da engenharia, projecto e arquitectura, e depois disto consegue ficar convencido dos riscos financeiros que daí advêm para o Município e da falta de sustentabilidade da celebração da dita parceria público-privada. É motivo para dizermos que, quem sabe, sabe! E até para podermos temer que, por este andar, um destes dias corremos o risco de ter o tal Senhor Vereador da área das Finanças a emitir pareceres técnicos na área da engenharia, projecto ou arquitectura!!! Grave, grave, foi que daqui resultou o seguinte: - Dez meses depois somos novamente confrontados com a incapacidade de gestão do PSD em encontrar as saídas, bastantes, de que o concelho necessita para aumentar a qualidade de vida dos Oliveirenses; - O Executivo embandeirou em arco e, sem fazer o trabalho de casa, viu nas parcerias público-privadas a fórmula mágica de ultrapassar a sua incapacidade de fazer obra, perspectivando que os privados se substituíssem ao Município na sua promoção, mas esquecendo-se que mesmo assim é necessário pagar as obras; - O tão propalado interesse de privados para o investimento em Oliveira de Azeméis, a ser verdade, apenas o é quando os parceiros são de confiança e, neste caso, o surgimento de apenas, saliente-se, apenas uma proposta denota e serve tão só para concluir que no caso o Município não é um parceiro credível; - Todas as intervenções feitas aquando da apresentação com pompa e circunstância, ficam por terra; - O que tivemos aqui foi mais um acto de criação de falsas expectativas aos Oliveirenses em geral, mas aos funcionários camarários e aos Cucujanenses em particular, pois se aos primeiros estavam prometidas melhores condições de trabalho com a construção de novos estaleiros e dos Paços do Concelho, aos Cucujanenses foram criadas expectativas de construção de uma piscina coberta que não se concretizará no mais curto, eu diria mesmo, médio prazo. O PSD demonstrou uma vez mais que não está à altura da governação deste nosso concelho e sistematicamente tem cometido erros grosseiros de análise e não tem qualquer estratégia, continuando o concelho sem um rumo definido, mas para além de estratégia não tem também tática não tem, portanto, sem qualquer argumento, de vencer a irracionalidade de que apenas o que é laranja é bom! Este foi o enquadramento necessário para demonstrar quem são os responsáveis ou irresponsáveis por estarmos onde estamos, por chegar onde chegamos. Mas a história será escrita, como sempre, a posteriori e a história das grandes catástrofes, aquilo em que vivemos há mais de três décadas em Oliveira Azeméis será escrita após a revolução que lhe porá termo e que esperemos que aconteça dentro de mais ou menos um ano. Estas são e sempre foram as “regras” do tempo histórico. Por isso, agora que o mal está feito, tem nome, rosto e responsáveis, interessa-nos apenas e só o futuro. E é em nome desse futuro próximo que aqui deixamos duas propostas muito concretas, não tão ambiciosas como gostaríamos, não tão ambiciosas como os Oliveirenses merecem, mas hoje, como sempre, com os pés bem assentes na terra. Em primeiro lugar, propomos que se avaliem correctamente os terrenos situados em Lações e que constavam desta suposta parceria de forma a que os mesmos possam vir a ser alienados com o compromisso de afectação política desta receita para a construção dos novos estaleiros Municipais, por forma a libertarmos o Município do erro clamoroso, esse tal embuste, que foi a venda dos estaleiros e o seu posterior arrendamento. Segundo, que se efectuem os estudos necessários para a elaboração de uma parceria público-privada destinada, para já e apenas, à edificação dos Paços do Concelho, uma vez que as rendas que hoje suportamos pelo vasto conjunto de edifícios ao serviço da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, certamente em larga medida amortizarão com facilidade o investimento a fazer e eventualmente como forma de potenciar ainda mais a rentabilização deste investimento, a possibilidade de incluir neste projecto espaço para os actuais serviços públicos, não exclusivamente municipais, que estão espalhados pela cidade e cujos custo são suportados pelo nosso Município. Estas são as nossas propostas concretas para o futuro mais próximo. Não contem connosco para projectar castelos na areia junto à rebentação das ondas – para isso basta que daqui a um ano voltemos a ter mais

do mesmo. Contem connosco para fazer qualquer “pegas de caras” por mais bravo e forte que seja o touro e, para depois de limpar os degraus da escada dos obstáculos que hoje se apresentam à sua subida, subi-la, mas apenas degrau a degrau, porque até Jesus Cristo, que ao que consta nada sabia de Finanças, sabe que não temos hoje, o Município de Oliveira de Azeméis, não tem hoje qualquer fôlego que permita mais! Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Jorge Almeida, do PSD, que disse: =====

===== Em nome da Bancada do PSD quero salientar dois acontecimentos distintos mas ambos de enorme relevância e com grande significado. O primeiro, a criação do “Gabinete de Apoio ao Emigrante”. Uma estrutura que pretende apoiar quem precisa e quem procura trabalhar fora do seu país, para muitos portugueses, hoje, emigrar é a única saída para uma vida melhor. A Câmara Municipal, atenta às dificuldades dos Oliveirenses que procuram esta nova vida, em cooperação com a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, instalou este gabinete para fornecer informação segura aos novos emigrantes, impedindo que eles sejam vítimas de situações ilegais e em última instância de repatriamento. O segundo acontecimento que hoje quero relevar, é a justa e oportuna homenagem que a Câmara Municipal fez ao ilustre e distinto Oliveirense “José da Costa”. O homem e o político lembrado no segundo centenário do seu nascimento. Dr. José da Costa, é o exemplo de que, só são lembrados anos mais tarde, muitos anos mais tarde, aqueles que fazem, que lutam, que constroem, que fazem obra, que se sacrificam em prol do bem estar colectivo, da sua comunidade, com o único objectivo de contribuir para o desenvolvimento da sua terra. Por estes dois momentos relevantes a Bancada do PSD, felicita a Câmara Municipal pelas iniciativas. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão Henriques, do PS. =====

===== Boa tarde. Sintam-se todos cumprimentados. A Carta Educativa, como se pode ler no art.º 10.º do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro de 2003, “é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município”. Como salientou o Senhor Vereador do Pelouro, Prof. Albino Martins, “entre o que está feito e o muito que há ainda a fazer, e que queremos levar por diante, a intenção é apostar na educação e na formação dos nossos jovens”. Declarações proferidas na apresentação da Carta Educativa de Oliveira de Azeméis, em Outubro de 2005. Nesta, como noutras matérias o pioneirismo, foi apresentado com a pompa e circunstância do costume e, não fosse o cepticismo a que a vossa gestão do Município nos obriga, teríamos todos embandeirado em coro. Com efeito, a Carta Educativa do Município de Oliveira de Azeméis foi uma das aprovadas pelo Ministério da Educação, no conjunto das trinta e oito primeiras do país. Na Assembleia Municipal de 21 de Setembro de 2007, realizada em Nogueira do Cravo, o Senhor Vereador do Pelouro, quando questionado sobre o Centro Escolar de Azagães, esclareceu: “o Centro Escolar não estava previsto para entrar em funcionamento neste ano lectivo de 2007/2008, mas sim no ano lectivo de 2008/2009”. Ainda na mesma acta, umas linhas à frente, podemos ler que “até Abril ou Maio [de 2008] podemos ter o Centro Escolar de Azagães terminado”. Recorde-se, antes de solicitar

esclarecimentos, que na Carta Educativa aprovada e tantas vezes utilizada como justificação de políticas, a edificação do Centro Escolar de Azagães foi definida com “prioridade 1”, entenda-se, prioridade de curto-prazo. Por este andar, mais uma vez se justifica o cepticismo. Se não inventam uma nova forma de fazer política e um novo dinamismo para o concelho, V. Exas. podem com toda a certeza patentear o provérbio: “Os primeiros serão provavelmente os últimos”. E provavelmente é generosidade minha. Neste sentido, queiram V. Exas. esclarecer: 1. Em que ponto se encontra o Centro Escolar de Azagães? 2. Qual a nova data prevista para a conclusão das obras? 3. Como estão os processos relativos aos restantes Centros Escolares? 4. Quais os que avançam primeiro? 5. Qual o ano lectivo em que entrarão em funcionamento? 6. Em que ponto se encontra a execução da Carta Educativa de Oliveira de Azeméis? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Como todos sabemos na Semana passada, comemorou-se mais uma Semana Europeia da Mobilidade. Desde 2002 que o nosso concelho adere à Semana Europeia da Mobilidade, pelo que todos nós devemos aplaudir e agradecer à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis esta iniciativa, a qual através de um conjunto de acções procurou sensibilizar a população, nomeadamente para a utilização do transporte público em detrimento do transporte privado, em defesa do meio ambiente e conseqüentemente da nossa saúde! Dada toda a conjuntura económica que se vive, deve-se, com elevação, felicitar o Município, a UAC e os Comerciantes, pelo esforço feito para que durante uma semana, existissem diversas actividades na cidade, cativando assim as centenas de Oliveirenses a participar nas mesmas, nomeadamente: nas caminhadas, rastreios de saúde, jogos tradicionais, música, Feira de Artesanato, entre outras. De salientar também as actividades para as crianças que decorreram na Praça da Cidade, onde lhes foi facultada a possibilidade de brincar, pintar, desfrutar de actividades diferentes das do seu dia-a-dia. Em parêntesis gostaria ainda de referir que fruto destes esforços ao longo dos anos, são a pedonização das Ruas António Alegria e Bento Carqueja, que cada vez mais são usadas e desfrutadas pelos Oliveirenses, bem como a rede de transportes urbanos, o TUAZ. Orgulho-me assim, enquanto Oliveirense, por este sucesso que está a ser o TUAZ, pois vejo que os autocarros andam quase sempre cheios, que cumprem os horários e os utentes deste serviço estão satisfeitos. Para finalizar, espero e desejo que todo este movimento de sensibilização, venha a dar mais frutos para o bem de todos, pois assim construiremos um concelho melhor e com melhor qualidade de vida. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ápio Assunção, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Em primeiro lugar, eu queria dizer à Senhora Dra. Helena Terra que fez uma intervenção muito vasta, mas com certeza que não disse tudo o que pretendia. De certeza absoluta que ainda ficou muito mais para dizer. Mas quero-lhe dizer que a Senhora Dra. tem uma intervenção que parece quase que está em campanha eleitoral, mas ainda não está em campanha eleitoral. Não estamos aqui a aprovar nada, nem a votar nada, relativamente ao concurso público que fizemos. A Senhora arranjou este tema, mas não está na agenda de trabalhos esse tema, mas enfim escolheu-o. Eu quero-lhe dizer também que nós estudamos, julgávamos e acreditávamos que iríamos ter propostas mais válidas e mais capazes para

aceitarmos e aprovar a proposta que nos foi apresentada. Verificamos que a proposta era exageradamente cara, o custo era muito elevado em muitos dos equipamentos e entendemos que não deveríamos aprovar a proposta. Com certeza que isso ainda virá à Assembleia Municipal para a Assembleia se pronunciar sobre isso. A Câmara Municipal já se pronunciou, está rejeitada a proposta e a Assembleia irá ter a oportunidade para o fazer. Mas eu queria-vos dizer mais uma coisa: eu penso que nós não temos, e isso prova os mandatos que o PSD tem conquistado, feito falsas promessas, não temos criado falsas expectativas, senão o PSD não estava há tanto tempo no poder e os Oliveirenses enganaram-se nestes anos todos. É preciso respeitar os Oliveirenses e eu respeito muito, eu respeito muito os Oliveirenses. É preciso também que vocês quando fazem as propostas, façam propostas que estejam de acordo com aquilo com que nós nos comprometemos com os Oliveirenses. Há coincidências em algumas matérias, noutras não há, mas nós estamos a cumprir perante os Oliveirenses aquilo que lhes prometemos. Prometemos as piscinas em Cucujães, penso que vocês já não propõem mais piscinas em Cucujães, porque deixaram-nas cair ainda agora aqui. Eu quero-lhe agradecer muito a sua intervenção, mas não é momento de eu tomar conta dela e estar atento e servir-me dela para o futuro. No futuro, nós também temos um programa, nós temos aquilo a que nos atravessamos junto dos Oliveirenses e aquilo que estávamos a fazer era muito acima daquilo que tínhamos prometido aos Oliveirenses. Por isso, Senhora Dra., quando for a altura da campanha a Senhora pode dizer tudo e pode prometer tudo. Agora, quem está a gerir o Município somos nós e é o que nós fazemos e trabalhamos, é porque muitas das vezes muita gente fala muito mas ainda não mostrou nada, absolutamente nada, ao Município de Oliveira de Azeméis, nem a fazer nada em nenhuma associação, absolutamente nada. Nós, que estamos deste lado, já demos muito aos Oliveirenses e muito aos habitantes das nossas freguesias e por isso mesmo estamos de cabeça levantada. O Dr. Jorge Melo, falou sobre as estruturas de apoio aos emigrantes, nós não fizemos mais do que a nossa obrigação. Já tínhamos um Gabinete de Apoio aos Imigrantes, agora é um Gabinete de Apoio aos Emigrantes e cumprimos a nossa função. Relativamente à intervenção do Bruno Aragão, sobre a Carta Educativa. A Carta Educativa é alterada sempre que seja necessário e sempre que hajam reformas a nível nacional. Com certeza que a Carta Educativa não tem um timing de tantos anos ou para tantos anos, portanto, ela é alterada quando assim se justificar. Sobre o problema do Centro Escolar de Azagães, em que o Senhor me está a pedir datas, então eu também vou pedir datas e há bocado eu falei e compreendi a posição do Governo e da Administração Regional de Saúde do Centro, compreendi a situação do relacionamento entre o empreiteiro e a Administração Regional de Saúde e não pedir datas. O empreiteiro é o mesmo, nós o que não conseguimos é que eles nos transferisse os direitos contratuais, senão não era ele que estava a continuar, mas está a trabalhar e está a trabalhar bem neste momento com pessoal subcontratado, mas o Centro Escolar de Azagães está a andar. Quero-lhe dizer que a actualização da Carta far-se-á quando for necessário e quando a própria Direcção Regional de Educação assim o entender e a própria Ministra da Educação produza alterações no ensino que justifique alterar a Carta. Nós também não podemos planear os equipamentos, temos de planear os equipamentos que vamos construir de acordo com a abertura das candidaturas. Neste momento temos dois centros escolares candidatados, há um que ainda não se assinou o contrato da candidatura, assinou-se contrato com o Centro Escolar de Azagães. Temos os projectos preparados para quando abrir novamente mais centros escolares, nós candidataríamos mais dois ou três centros escolares. Quando abrir, em termos de cumprimento da Carta Escolar, também iremos candidatar mais dois noutra abertura. Portanto, é assim que funciona e é assim que estamos a trabalhar. Quanto à intervenção do Eng.º Filipe Carvalho, penso que não há questões a responder, disse o que lhe ia na alma. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Marcial Santiago, do PSD.* =====

===== *Uma breve e curta intervenção sobre um Oliveirense que este ano celebra Bodas de Ouro Sacerdotais, refiro-me ao Senhor Padre Manuel Pires Bastos. Manuel Pires Bastos, nasceu no dia 07 de Maio de 1935, na freguesia de Loureiro, deste concelho, tendo sido ordenado sacerdote no dia 03 de Agosto de 1958, na Sé Catedral do Porto. Celebrou Missa Nova no dia 15 de Agosto de 1958, na Igreja Matriz da sua terra Natal, Loureiro. É licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Foi pároco de Macinhata da Seixa entre 1961 e 1975. É pároco de Ovar desde finais de 1975. Leccionou Religião e Moral na Escola Industrial e Comercial de Oliveira de Azeméis. O Padre Bastos destacou-se pelo seu espírito aberto e dialogante. Para além da sua Acção Pastoral, exerce várias actividades sociais e culturais. Desde sempre manifestou interesse pela escrita e jornalismo, colaborando em vários jornais regionais e locais, entre eles o Correio de Azeméis, do qual foi Chefe de Redacção, sendo ainda autor de vários artigos. É também um interessado atento pela História local, publicando artigos sobre Macinhata da Seixa e Loureiro, destacando-se o Boletim Vida Nova, publicação da Paróquia de Macinhata da Seixa, sendo também um estudioso da História da sua terra natal e das sua gentes, com diversos artigos publicados em jornais e revistas. A Bancada do Partido Social Democrata associa-se às comemorações do Jubileu Sacerdotal do Padre Manuel Pires Bastos, propondo à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de felicitações e de congratulações pelas Bodas de Ouro Sacerdotais. Por fim, recomenda à Câmara Municipal a atribuição da Medalha de Mérito Municipal ao Padre Manuel Pires Bastos. Tenho dito.* =====

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, do PS.* =====

===== *As minhas saudações a todos os presentes. Senhor Presidente, eu vou também desapontá-lo, porque trago algumas questões, alguns assuntos para abordar nesta Assembleia que fogem completamente do modelo que acabou de definir para a discussão saudável que se pretende nesta Assembleia, ou seja, que os temas do “Período de Antes da Ordem do Dia” sejam exactamente os mesmos ou que sejam temas que estejam incluídos na agenda de trabalhos. Bom, não sendo esse o caso e julgando eu que há questões absolutamente importantes que importa aqui discutir, para além das que vem na agenda de trabalhos, eu começaria por uma questão que me parece transversal a todos os Partidos, parece-me mesmo uma questão sub partidária, já foi aqui hoje abordada, julgo eu, por todos os Partidos e tem a ver precisamente com a rede viária do nosso concelho. Repetidas vezes temos aqui alertado V. Exa. para a degradação total da rede viária do nosso concelho. Em todas as freguesias temos situações graves que certamente os Presidentes de Junta aqui presentes que melhor do que eu saberão certamente elencar. No caso concreto da freguesia de Oliveira de Azeméis, alertamos várias vezes para a necessidade de intervenções urgentes em algumas artérias da cidade nomeadamente em Santo António, na Rua 25 de Abril, na Rua Bento Landureza e outras que já foram aqui referidas, sendo que no caso da Rua Bento Landureza esta rua é particularmente perigosa para os peões e para os condutores, porque apresenta valetas muito perigosas. Desculpou-se V. Exa. com o mau tempo, que impedia a realização das obras, assegurando que no Verão as mesmas seriam executadas. Pois bem, o Verão passou, o mau tempo chegou, obras nem vê-las e claro está que as vias que estavam em muito mau estado, pior vão ficar. E vamos sofrer todos nós e até os “popós” dos pais daqueles meninos a quem V. Exa. na Assembleia dos “Políticos de Palmo e Meio”, quando questionado pelas nossas crianças sobre a degradação da*

rede viária, disse para os meninos dizerem aos “papás” para estes não se preocuparem que no Verão tudo estaria pronto. Caro Nuno Pires, assim torna-se difícil pedir aos jovens que tenham participação cívica e que confiem na classe política. Senhor Presidente, os Oliveirenses estão fartos de desculpas e estão fartos de falsas promessas. Não prometa, cumpra e acabe com estas situações na nossa rede viária que para além de serem vergonhosas, são em alguns casos muito perigosas. E por falar em situações perigosas, deu-se recentemente mais um acidente na Estrada Nacional n.º 1, junto ao Zé da Curva, e este ano julgo que já se verificaram vários acidentes de menor ou maior gravidade. Instada a Autarquia a dizer o que pensava fazer, respondeu basicamente “que as obras de requalificação foram candidatas ao QREN” e, pronto, está dada a explicação. Senhor Presidente, deixe-me dizer-lhe que quando estão em causa vidas humanas, não podemos esperar pelo QREN. Temos que agir já. Não deixemos que pese na consciência desta Assembleia uma morte, por causa da ausência dumas barreiras de protecção e dum reforço da sinalização neste local. O segundo tema que queria aqui abordar, prende-se com as zonas industriais. O concelho de Oliveira de Azeméis assenta o seu tecido económico fundamentalmente na actividade industrial e na actividade comercial. Temos alertado, repetidamente nesta assembleia, para a importância estratégica do Município de Oliveira de Azeméis potenciar Zonas Industriais dignas desse nome. Este esforço é importante por um lado para mantermos os nossos empresários actuais, que têm contribuído de forma decisiva para o desenvolvimento do nosso concelho e, por outro lado, para captarmos empresas para cá se instalarem criando riqueza e postos de trabalho. Vemos Municípios com Planos Estratégicos de Desenvolvimento Económico que passam pelo investimento em Parques de Ciência e Tecnologia, procurando atrair empresas nas áreas emergentes das energias renováveis e das novas tecnologias. Vemos Municípios que criam Centros de Apoio à Criação de Empresas, que promovem o aparecimento de “start-ups” e de ninhos de empresas. Vemos Municípios que criam condições para o aparecimento de empresas que funcionem em networking com as existentes. Muitos Municípios já fizeram esse esforço, utilizando para o efeito várias abordagens e parcerias. Mudando as agulhas para o comércio, todos constatamos que o nosso comércio também passa por momentos difíceis. Precisamos, como disse aqui o Filipe Carvalho e muito bem, de actividades que dinamizem o nosso concelho, e as nossas ruas pedonais. Precisamos de proteger o nosso património histórico e arquitectónico. Precisamos de ordenar o nosso território. Precisamos de promover o turismo ecológico, aproveitando as nossas riquezas naturais. Temos muito a fazer, Senhor Presidente, para atrair investimento para o nosso concelho. Não chega passar a bola só para os comerciantes como o Senhor já fez, dizendo que estes têm que rever a sua postura, os horários que fazem, os produtos que oferecem. É necessário um maior investimento da Autarquia na defesa e promoção do nosso comércio. Senhor Presidente, anda também nesta matéria há anos a dizer que vai fazer. Oliveira de Azeméis não pode esperar mais. Precisamos dum comércio e duma indústria fortes. Não basta dizer que se tem amor à terra. Está na altura de arregaçar as mangas e começar a cavar. A última questão que queria abordar, prende-se com o Plano de Urbanização e o Plano Director Municipal. Após a sua apresentação em Assembleia Temática de Março, fomos informados de que antes do Verão o Plano de Urbanização estaria em fase de discussão pública. Senhor Presidente, há questões que nem devíamos ter necessidade de lhe colocar nesta Assembleia. Sendo o Plano de Urbanização um documento estruturante para o ordenamento do nosso território, seria responsável que num assunto desta importância V. Exa. tivesse algo para dizer a esta Assembleia e aos Oliveirenses, sobre o que motivou este atraso. Um atraso que acumula com os treze anos que demorou a sua elaboração, que deveria ter sido coincidente, como sabe, com a do PDM em 1995. Por falar em PDM, seria também natural e responsável que V. Exa., mesmo sem ser questionado, nos fosse dando regularmente informações sobre a situação, já que

desde o início da sua revisão, em 2004, pouco ou nada se sabe sobre o ponto de situação do mesmo. Num concelho onde o único elemento de planeamento, nos últimos treze anos, foi um mau PDM, seria de esperar uma maior preocupação com o aparecimento célere de novos instrumentos que, não podendo corrigir os graves erros cometidos no passado, evitassem a sua repetição no presente. Isto sim, Senhor Presidente, seria “Sentido de Estado”, isto seria gerir. Terminaria abordando duas questões que são questões que me parecem importantes. Pelo segundo ano consecutivo temos uma redução substancial de área ardida da nossa floresta no nosso País e, naturalmente, que o mesmo se está a passar no concelho de Oliveira de Azemeis, preservando-se assim um importante património do nosso concelho. Seria injusto não reconhecer a quota-parte deste sucesso no esforço e empenhamento da Autarquia e, naturalmente, também das nossas Corporações de Bombeiros. Outra coisa que gostaria de lhe agradecer, seria o convite que foi feito aos elementos do Partido Socialista e a toda a Assembleia, para visitarmos a Praça da Cidade e referir que as instalações visitadas são excelentes e dignificam o nosso concelho. Independentemente das soluções arquitectónicas encontradas para o exterior, que são de gosto duvidoso, julgo que é um espaço que poderá contribuir para a criação de mais uma centralidade para a nossa cidade que importa dinamizar. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Isidro Figueiredo, do PSD. =====

===== Assistimos entre o dia 10 e 15 de Setembro à abertura do ano lectivo, que ocorreu um pouco por todo o País e, naturalmente, decorreu com toda a normalidade no Município de Oliveira de Azeméis. As prioridades para esse sector têm sido, e bem, nos últimos anos o funcionamento das escolas em regime normal, as escolas que estão sob a responsabilidade do Município e também o alargamento a todas as escolas das actividades de enriquecimento curricular. Para que isso seja possível, como se sabe, é necessário um parque escolar capaz de responder de forma efectiva às necessidades e, por outro lado, a contratação atempada de professores que permite logo no início do ano escolar aos nossos alunos poderem usufruir dessas actividades de enriquecimento curricular. Relativamente a estas duas matérias, eu perguntava à Câmara Municipal qual o ponto da situação. Já temos, neste momento, todas as escolas a funcionar em regime normal, ou ainda há escolas a funcionar em regime de desdobramento? Quanto às actividades de enriquecimento curricular, houve atrasos, ou começaram em conjunto com as outras actividades lectivas entre os dias 10 e 15 de Setembro? Porém, uma questão ficou a marcar o início deste ano lectivo, que se prende, e já houve eco disso mesmo, com a não assinatura por parte da Câmara Municipal, do protocolo de descentralização de competências educativas em áreas como a manutenção do parque escolar, gestão do pessoal não docente, entre outras. Ora, no que diz respeito a esta matéria, foram ouvidas algumas acusações de que a Câmara Municipal, ou várias Câmaras Municipais, sobretudo aquelas de uma determinada cor política, esquecendo-se porém que muitas outras, do Partido Socialista, não assinaram este protocolo e não foi com certeza por boicote. No entanto, sobre isto também convinha, e nós aceitamos isto claramente, que a descentralização de atribuições e competências é importante para o desenvolvimento da política local integrada de educação. Creio que a Câmara Municipal se mostrou disponível para as aceitar e, portanto, se a assinatura do protocolo não foi por diante, foi certamente porque a proposta apresentada não estava de acordo com ambas as partes, já que um protocolo deve co-responsabilizar as duas partes e esse protocolo deve estabelecer os direitos e os deveres. E quanto a este assunto, naturalmente, eu gostaria que a Câmara esclarecesse se no protocolo proposto estão

devidamente acauteladas: em primeiro lugar, a requalificação das EB 2,3 que necessitam de obras de intervenção e que são de grande monta como se sabe, como é o caso das EB 2,3 de Fajões, Bento Carqueja e, não em tão larga escala, a EB 2,3 Dr. Ferreira da Silva, de Cucujães; se está assegurado também o rácio equilibrado de funcionários que permitam um eficaz funcionamento das escolas; e, por último, mas não menos importante, se as transferências de verbas correspondentes à assumpção das novas responsabilidades e competências está, efectivamente, prevista, formalizada e vai ao encontro das reais necessidades do Município. Estou certo que este assunto merece a melhor atenção de todos nós e não creio, ao contrário do que tentaram veicular, que esta posição seja alinhada por boicote. Mas não podia deixar também de aqui de deixar as estranhas palavras que um Presidente de Câmara do Entre o Douro e Vouga, aliás convém sublinhar que nenhum Município do Entre o Douro e Vouga assinou este protocolo, eu deixava aqui as estranhas palavras do Senhor Alfredo Henrique, Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, que referiu que o protocolo foi apresentado muito em cima da hora e acusou mesmo a Direcção Regional de o ter mesmo pressionado dizendo que “ou assina o protocolo, ou vai ver como é”. Portanto, se isto é verdade e não tenho razões para duvidar, é de facto também um comportamento um pouco estranho por parte de responsáveis, neste caso que têm competências delegadas e que assumem aquilo que é a política do próprio Governo, é muito estranho que se tenha uma atitude destas, num acordo que tem de ter, naturalmente, a junção das duas partes, quando uma quer impor à força aquilo que é a sua vontade. Já que estamos a falar em parcerias e porque o assunto já foi aqui abordado, naturalmente eu voltarei à questão da parceria público-privada, aqui hoje já abordada por uma das intervenções que me antecederam. E, relativamente a esta matéria, eu gostava de sublinhar um conjunto de aspectos que me parecem importantes. Em primeiro lugar, parece-me que estamos no essencial de acordo, mas já há algumas coisas que nos dividem. Desde logo, em termos de acordo a celebrar entre o público e o privado, o conjunto de obras, pelos vistos não são todas importantes como aquelas que aqui foram enunciadas e que na altura mereceram o relevo. As parcerias público-privadas têm sido o caminho seguido pelo Governo em várias intervenções que tem feito e para resolver problemas estruturais em termos, por exemplo, da construção de hospitais, rodovias, etc.. E tem sido mesmo esta a política indicada para os Municípios, para que estes sigam de facto, tendo em vista a resolução dos seus problemas, para que estabeleçam parcerias público-privadas. As obras em causa, são importantes e necessárias para o desenvolvimento do nosso Município, pelo que tudo será feito, e deverá ser feito, para que se concretizem. As parcerias público-privadas, tal como a palavra indica, implicam a conjugação de pelo menos duas entidades, envolvendo o interesse público, a Câmara Municipal, e o interesse privado, daí resultando benefícios para ambas as partes, porque ambas as partes atingem, enquanto vigorar o contrato, os fins para que foram constituídas. E neste aspecto, penso que ficou por dizer que a Câmara Municipal tinha todas as condições para celebrar esta parceria público-privada, tendo em conta que se apresentou um candidato. E não o fez por uma questão de atitude responsável e se o tivesse feito, naturalmente, que tínhamos aqui outro tipo de acusações bem mais gravosas. É curioso já foi aqui dado o toque, que o Partido Socialista neste momento já está em ritmo, quase de cruzeiro, em plena campanha eleitoral. Aliás, eu fixei bem a frase dita pela Dra. Helena Terra, ao dizer que o PSD não está à altura de governar os destinos de Oliveira de Azeméis. Pois bem, o PS deveria explicar o porquê, por exemplo, e que contraria claramente as atitudes que vem tomando aqui várias vezes, por que é que, e já não falo que eticamente seria o recomendável, quando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes tomou posse nesta Assembleia, na última Assembleia, eticamente não lhe dirigiu uma palavra de parabéns como devia ser dito e como se fosse o nosso caso teríamos dito. Como é que explica que com os seus cenários, sempre

dantescos, sempre negativistas, sempre catastróficos, aliás a palavra catástrofe é uma das que eu ouço aqui mais vezes repetida, felizmente os Oliveirenses merecem respeito e sabem distinguir o trigo do joio, e foi exactamente isto que aconteceu em Macieira de Sarnes. Expliquem lá como é que com as vossas propostas, passaram da primeira força política para a última com uma estrondosa derrota. Expliquem isso. Eu acho que os Macieirenses e os Oliveirenses mereciam essa explicação, até por uma questão de respeito. E já agora, para terminar, gostava também, uma vez que na intervenção aqui proferida deixaram cair as piscinas cobertas de Cucujães, uma proposta nossa que está integrada neste protocolo que previa a parceria público-privada, gostava que explicassem e que fossem explicar a Cucujães esta vossa posição. Eu acho que os Cucujanenses com certeza lembrar-se-iam disso nas próximas eleições.

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== A minha intervenção vai cingir-se por uma notícia publicada nos dois jornais aqui da terra, “A Voz de Azeméis” e “Correio de Azeméis”, referente a uma última Assembleia de Freguesia de Fajões, que de facto me causou, a mim como Membro da Assembleia Municipal, alguma preocupação e perplexidade perante as afirmações que lá foram feitas. Se houvesse mais dúvidas sobre a particularidade da notícia, tal qual ela foi descrita pelos órgãos de comunicação, isso não me deixaria dúvidas. A notícia é: “se pertencêssemos a Arouca estávamos melhor”, isto é uma frase dita por um Membro da Assembleia de Freguesia, em que depois de elencar diversas situações de desrespeito institucional pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis para com a edilidade Fajoense. Esta situação de desrespeito é uma situação que já vem de algum tempo atrás e eu antes de fazer esta intervenção reuni-me com alguns elementos da Assembleia de Freguesia, propositadamente falei com o Presidente da Junta, mas queria alertar o Senhor Presidente da Junta, e um bocado naquele seguimento da intervenção do Prof. Isidro Figueiredo, de que de facto todos somos Oliveirenses e que todos merecemos o mesmo respeito. E de facto, eu trouxe aqui uma série de situações, que mais importante do que as elencar é a Câmara Municipal reconhecer neste momento uma total incapacidade para estabelecer um diálogo institucional para com a Junta de Freguesia de Fajões. Eu não vejo por parte da Junta de Freguesia, ao longo do tempo tive alguma preocupação disso, porque eu sou Fajoense, Oliveirense, mas sou de Fajões, tive alguma preocupação em ver como reagia a Junta de Freguesia a esta situação de ostracismo em que a Câmara Municipal foi votada. E eu nem quero pensar, tanto quanto me dizem, que esta é uma situação deliberada no sentido de prejudicar ostensivamente a condução dos destinos da freguesia de Fajões. Mas, Senhor Presidente, eu vou aqui mais do que falar para si, vou falar também para os Membros da Assembleia Municipal, dando-lhes conta de um conjunto de situações, de factos, que me deram no sentido de que todos nós possamos reflectir neste momento sobre a política e a condução da Câmara Municipal, principalmente para com Fajões. Eu não vou fazer aqui uma abordagem política às outras freguesias, vou fazê-la num ou outro ponto, mas queira que V. Exa. reflectisse se de facto é uma incapacidade sua ou se de facto há aqui alguma coisa por detrás que explique o estado de total esquecimento, e se calhar um esquecimento consciente, por parte da freguesia de Fajões. Eu vou elencar aqui algumas situações que estão aqui descritas, até porque eu acho que acima de tudo que todos nós temos de reflectir numa coisa: é preocupante quando uma freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis diz que estaria melhor se pertencesse a Arouca. Só esta afirmação é de facto preocupante e nós temos que ter a consciência do que está aqui em causa também é uma identidade concelhia do próprio concelho. Eu fiz aqui uma série de situações em que a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia me deu. Diz, por exemplo,

que o Senhor Presidente prometeu material para o empedramento no empreendimento de S. Marcos em 2002 e só deu um terço; prometeu os blocos para o pavilhão da Junta da Cruz e pagou cerca de 10% do total da obra; prometeu a cobertura para o referido pavilhão e nada se concretizou. Desde o início do mandato de 2002, promete que começa as obras: Rua dos Moinhos, já concluída sem participação; Rua do Pisão, pouca participação e a Rua do Monte Calvo, que andaram lá os militares mas hoje está tão suja ou mais suja do que quando andaram lá os militares. A nova casa mortuária, também é um aspecto que Fajões se arrogou a esse empreendimento. A Câmara Municipal, segundo informação que tenho, primeiro prometeu, escreveu, fez-se várias reuniões e em Julho mandou um ofício a dizer que não era possível. Há uma outra situação que já vem na notícia, aliás a notícia está aqui, que é o bidão em frente à Escola EB 2/3, em que esse bidão se destina a sinalização a abertura de tampa de saneamento. O bidão está lá há já alguns meses, pode haver responsabilidade civil da Câmara e criminal. Eu acho que também esta era uma situação que V. Exa. deverá providenciar de imediato, a não ser que haja lá uma morte, porque é uma situação muito preocupante para quem lá vive, aliás porque é em frente a uma escola. Os donativos para a casa de banho, também não vieram e para o alcatroamento das vias também não vieram. Portanto, há aqui uma panóplia de situações. A promessa de um cantoneiro há cerca de quatro anos, segundo o que me foi dito e a justificação disso “mas vocês querem um cantoneiro, mais Cesar e Carregosa”, e o que me foi dito é que Cesar tem um tecido urbano menor, Carregosa tem um tecido urbano menor e tem mais do que um cantoneiro para a freguesia. Tudo isto são situações que revelam, do meu ponto de vista e não tem nada de pessoal o que lhe estou a dizer nem o Senhor interpretará como isso, alguma inabilidade e alguma falência da relação institucional entre Fajões. Eu posso-lhe dizer que quando o Senhor Presidente foi vítima, a algum tempo, de algumas acusações verbais junto ao café, eu posso-lhe dizer que fui o primeiro a reprovar directamente com o seu agressor esse tipo de atitudes, mas de alguma forma com todo este manancial fáctico que aqui está as pessoas também não se podem pôr a jeito. Eu acho que há que fazer uma reflexão, eu não estou aqui a fazer campanha política, estou a fazer simplesmente uma reflexão e que Fajões pode e deve ser melhor tratada. Não digo melhor tratada do que as outras freguesias, mas deve ser tratada de forma igualitária. No meu ponto de vista, Senhor Presidente, com todo o respeito que tenho por si, esta é uma posição institucional não é uma posição pessoal, há de facto uma falência do modelo relacional que V. Exa. tem com a Junta de Freguesia de Fajões, que hoje está completamente palpebrado, há uma total falta de confiança da Junta de Freguesia para com o seu trabalho. Eu por último, não me vou alongar mais, há aqui uma outra situação também a propósito do que referi, e este requerimento pode ficar em acta, não preciso de o fazer por escrito, era que na próxima Assembleia houvesse a preocupação quer do Senhor Presidente da Assembleia Municipal como dos próprios Membros e da Vereação da Câmara Municipal, no sentido de incluir novamente em Fajões a toponímia e a sinalética de Fajões. É uma questão que já foi discutida, que nós já andamos aqui a discutir há imenso tempo, na altura com o Rodrigo, o problema da Avenida da Senhora da Ribeira, que o Rodrigo bem se lembra da limitação de velocidade e eu estava convencido de que aquilo de alguma forma estava aprovado. Fiquei absolutamente incrédulo quando me disseram, e isso também é uma questão que eu gostaria de perguntar ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, é que o Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares transmitiu a ideia de que não estaria aprovado absolutamente nada quer da sinalética, quer da toponímia de Fajões. Eu lembro que este processo e no seguimento do que eu tenho dito, é um processo que se iniciou em 2003, que nós discutimos aqui em 2006, em que o processo já desapareceu do ponto de vista físico duas vezes e estamos em 2008 e Fajões ainda continua com a sua toponímia e com a sua sinalética não aprovada, ao ponto de um Membro da Junta de Freguesia me ter dito que telefonou pessoalmente ao Senhor Presidente da Câmara e que disse

“mas eu ia aqui a passar em Fajões e de repente vejo um sinal de trânsito, sinal de trânsito proibido, mas senhor Presidente, como é que é isto?” e o Senhor Presidente ter-lhe-á respondido de forma afável, não de forma grosseira nem grotesca, lhe terá respondido que essa era uma questão da Câmara Municipal. Portanto, convém acima de tudo, isto é um discurso político, essencialmente político, de crítica, mas acima de tudo eu gostaria que as relações com a Junta de Freguesia de Fajões, se possível, fossem outras e até ao final deste mandato melhorar de alguma forma a relação institucional que não se vem fazendo com a Freguesia de Fajões, ou então reconhecer alguma inabilidade política, alguma incapacidade decorrente desta situação. Senhor Presidente, fica então o meu requerimento, não o preciso de fazer de forma escrita, no sentido que gostaria que V. Exa. alertasse a Câmara Municipal da urgência da inserção do ponto na Ordem de Trabalhos na próxima Assembleia. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ápio Assunção, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Eu vou começar pela intervenção do Marcial Santiago. Eu queria congratular e concordar perfeitamente com a exposição que o Senhor Marcial fez relativamente ao Senhor Padre Bastos, com todo o mérito, pois ele tem todas as condições para que nós lhe agradeçamos todo o trabalho feito e testemunhemos isso num acto onde lhe entregássemos uma medalha. O Senhor Eng.º Joaquim Jorge falou sobre a rede viária, embora eu já tenha falado, mas eu queria lembrar mais uma questão. Efectivamente há obras que foram feitas e que estão em curso e obras que estão em curso de grande responsabilidade porque o QREN está a fechar, fecha precisamente este mês, e temos obras que precisam de investimento para nós podermos receber todo o dinheiro do que nos candidatamos. Quero dizer que num curto espaço de tempo, nós fizemos o troço 04, o troço 03, o troço 07 que está em acabamento, que tem a PI, que é a passagem inferior na linha do caminho de ferro, o troço 06 e o troço 05 das Vias Estruturantes. Tudo isto representa uns quilómetros de estrada. Não falo na Via do Nordeste, não falo noutras estradas que fizemos pelas freguesias fora. Relativamente às Zonas Industriais, estamos atentos às zonas industriais e estamos a trabalhar nos planos das zonas industriais. Não temos deixado fugir investimentos que venham para zonas industriais sem nós licenciarmos fora do plano, sem o plano estar aprovado, mas arranjaríamos possibilidades legais deles poderem investir nas nossas zonas industriais. Por exemplo, Travanca tem uma zona industrial pequena, mas já tem várias indústrias construídas e implantadas numa zona industrial ao lado dos lacticínios. Há o caso também de Loureiro, que tem crescido, embora não tanto como pretendíamos. O caso, por exemplo, também de Cesar e Fajões. Carregosa, também tem crescido e continua a crescer, inclusivamente tem lá uma estrutura de energias alternativas, que o Senhor falou e que na altura muita gente do PS foi contra essa estrutura e quase que nos enforcavam, mas afinal já foram lá ver que é uma grande estrutura, uma necessidade para a zona, uma necessidade para a EDP. A UAC tem feito imensas iniciativas para ajuda do comércio tradicional, principalmente, e a Dra. Madalena tem trabalhado muito. A área ardida, é uma verdade, ainda hoje tivemos uma reunião na Estalagem com alguns técnicos da Associação do Entre Douro e Vouga e é uma realidade de que este ano diminuiu muito, também porque há mais planeamento, há planeamento a nível de massa florestal que se vai cortando. Ainda não temos os equipamentos necessários, mas vamos tê-los, e temos uma Equipa de Sapadores a trabalhar no concelho, em vários locais. Relativamente à Praça da Cidade, brevemente nós iremos inaugurar aquilo, estamos no período difícil das aprovações burocráticas da energia, do ruído, estamos nessa fase que é um bocado complicada, mas o concessionário já está a trabalhar e a equipar o Café Concerto. Está em

andamento e nós brevemente teremos a data final, para com o concessionário abriremos o estabelecimento aos Oliveirenses. Relativamente à abertura do ano lectivo, eu antes de passar a palavra ao Prof. Albino, para em pormenor ele poder explicar os problemas que tivemos na abertura do ano lectivo, eu queria falar um bocado sobre os contratos de transferências de competências para os Municípios. Eu desloquei-me, a convite da Senhora Directora Regional do Norte, à DREN para ter uma reunião para ter uma reunião com a Senhora Directora e ter uma reunião também com um Técnico do CAE, que acompanhou a Senhora Directora e eu fui juntamente com o Vereador do Pelouro o Prof. Albino. Foi-nos colocado todo o panorama, foram explicadas as condições de transferência e foi-nos entregue uma minuta de um contrato. Nesse contrato figura, nós temos esse contrato, o rácio, que é o rácio calculado e que vai servir para a aplicação de alguns elementos, o rácio da DREN. E ao lado tínhamos um gráfico que informava quantos administrativos nós íamos ter e quantos auxiliares íamos ter, ou seja, o que era permitido a Câmara Municipal ter. E quando verificamos a existência actual, nós tínhamos umas dezasseis ou dezassete auxiliares a menos do que o rácio e tínhamos mais um administrativo do que o rácio mandava. Estava também um Técnico, como disse há bocado, a acompanhar. Eu disse à Senhora Dra. que iríamos analisar e estudar, pôr alguns Técnicos nossos a estudar e ver qual é o impacto disto e financeiro, porque também tínhamos o indicador do investimento para qualquer restauro que as escolas precisassem. Chegamos e começamos a trabalhar naquela matéria, creio que no dia 15 de Setembro, recebo uma chamada telefónica da DREN para eu atender que a Senhora Directora estava à minha espera e estava ao telefone. Eu estava numa reunião, com muita gente e disse que daqui a um bocado retribuía a chamada, pois estava numa reunião e ela pôs uma funcionária ao telefone à espera que eu atendesse e eu voltei a dizer à minha secretária para dizer à Senhora Directora que eu mal acabe a reunião lhe vou ligar e ela desligou. Quando acabou a reunião eu telefonei à Senhora Directora e disse-lhe que nós íamos ter uma reunião, que não estava em condições de me pronunciar, primeiro porque o Técnico ficou em vir à Câmara Municipal para tirar algumas dúvidas que nós tivéssemos e não veio; segundo, nós ainda não tínhamos decidido a nível da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria se assinávamos todos, se não assinávamos ou como é que íamos actuar. Íamos discutir também a nível da Associação de Municípios e eu tinha uma reunião da Associação de Municípios na semana seguinte e também na grande Área Metropolitana do Porto tinha reunião no dia 26, onde ia também discutir isto e, portanto, antes daí eu não estava em condições de aceitar qualquer coisa. Inclusive um Presidente de Câmara Socialista, que faz parte da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria não assinava, e batia o pé que não assinava sem saber os custos que iam ter. Eu disse à Senhora Directora e a Senhora Directora quase que me desancou, falou de uma forma correcta como é costume, quase que a insultar-me e a dizer que eu estava a fazer o jogo do PSD e eu disse “Senhora Directora, calma aí, eu estou aqui eleito pelo PSD, mas estou aqui para servir o Município e o Município tem toda a gente, do PCP, do CDS, toda a gente. Não lhe admito isso Senhora Directora, tenha paciência, mas não lhe admito isso”. Depois disto desligou-me o telefone e até hoje não foi mais assinado, a razão da não assinatura do contrato, aquilo não é um protocolo é um contrato. Por isso mesmo aguardamos que venham notícias e nós iremos com certeza falar com ela, e é natural que hajam algumas cedências, por exemplo, o investimento para os restauros das escolas EB 2/3 não dá para nada, € 20.000,00 (vinte mil euros) não dá para nada em cada escola. Bom, é um presente envenenado. Relativamente à intervenção do Dr. Fernando Pais Ferreira, quero-lhe dizer que nada me move contra a Junta de Freguesia de Fajões e também já me esqueci há muito tempo dos piropos que lá me lançaram na campanha. Isso já passou e posso até cumprimentar a pessoa, e se calhar até já a cumprimentei em algum lado. Eu quero é dizer que o PSD ganhou as eleições em Fajões, tanto para a Câmara Municipal como para a Assembleia Municipal e acho

que também da parte do outro lado tem que haver respeito pela Câmara Municipal. Eu não me quero alongar mais, porque toda a gente sabe que eu respeito toda a gente e sou incapaz de maltratar alguém. Fiz uma reunião, em que saiu um elemento de Fajões e fiquei em reunião com o Presidente e outro elemento da Junta de Freguesia. Eu não vou adiantar mais isso, porque isto é para eu conversar com a Junta de Freguesia de Fajões. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para prestar mais esclarecimentos à Assembleia Municipal. ==

===== Boa noite. Muito rapidamente há aqui duas ou três questões que não foram respondidas. Em primeiro lugar, o Dr. Isidro Figueiredo, do PSD, pôs a questão do regime normal mas eu gostava de voltar um pouco atrás e completar a resposta que o Senhor Presidente deu ao Bruno Aragão, pois vi-o a acenar a cabeça não sei se insatisfeito com a resposta, se insatisfeito com a pergunta que tinha feito e que tem algumas incorrecções. Eu registo com agrado o Cristianismo do Bruno Aragão, ao referir não o provérbio como ele disse, mas a máxima evangélica de que os últimos são os primeiros ou de que os primeiros são os últimos, foi o que ele quis dizer, registo com agrado, mas é preciso aplicar as coisas na hora certa e quando tem propriedade, o que não é o caso. Efectivamente fomos os primeiros a ter a Carta Educativa, foi com todo o mérito, porque eu disse-o na altura e isso teve um contexto, nós começamos a fazer a Carta Educativa no dia imediatamente após a saída do Decreto-Lei que criava as Cartas Educativas. Portanto, isto foi oportunidade, foi atenção, foi estar em cima do acontecimento. Portanto, esse mérito ninguém o tira. Quanto à sua realização também não perderemos a oportunidade de a realizar por inteiro. A Carta Educativa comporta a realidade que já temos e a realidade que havemos de ter. Nós tivemos visão de futuro ao fazer a Carta Educativa que fizemos, porque nós começamos a falar em Centros Educativos ainda o Estado, o Governo, o Ministério da Educação, não falava em Centros Educativos. Começamos a trabalhar nesse sentido e é por isso que aparece o Centro Escolar de Azagães. Atenção, o Senhor Presidente já o disse e eu reforço, o Centro Escolar de Azagães, somos nós que o estamos a fazer mas há imponderáveis de que nós não temos culpa, tal como o Governo não tem culpa dos atrasos do Centro de Saúde, também nós não temos culpa daquilo que está a acontecer no Centro Escolar de Azagães. Nós dissemo-lo, e eu confirmo aquilo que disse, que prevíamos a sua conclusão dentro daqueles prazos, mas imponderáveis que nos ultrapassam fizeram-no arrastar. Isso não leva a que desinvestíssemos em relação àquele centro escolar e aos outros. Continuamos no mesmo ritmo. A candidatura, que era o III Quadro Comunitário caiu, voltamos a colocá-la, entrou no QREN, está andar. Eu, neste momento, a primeira pergunta que o Bruno Aragão fez em relação a prazos, não prometo, os prognósticos fazem-se no fim, porque em relação a isto não depende de nós, porque se dependesse de nós ele estava pronto no final deste ano lectivo, para trabalhar no próximo ano lectivo. Pode haver mais imponderáveis, ainda não sei, não vou prometer, aliás eu tenho esse hábito de nunca prometer nada a não ser o trabalho. Em relação aos outros centros escolares, há diversos outros centros escolares programados, posso dizer que tudo o que idealizamos está em cima da mesa, nós discutimos palmo a palmo a contratualização dos centros escolares e da verba que nos cabe no QREN, na Área Metropolitana do Porto, a que não pertencíamos mas já lá andávamos na discussão do QREN e foi-nos atribuída a verba que nos cabe pelo número de salas a que temos direito, salas do pré-escolar e salas do 1.º ciclo. E dentro desse plano, existem vários centros escolares, não vou agora enumerá-los todos, mas alguns, e isto é chamado aqui principalmente para responder à pergunta que vem depois do Prof. Isidro Figueiredo, é que os centros escolares que estão previstos na Carta Educativa prevêem, principalmente acabar com os regimes de

desdobramento e colocar todas as escolas em regime normal, solucionando as necessidades de todas as escolas. Não basta o regime normal, é preciso refeitórios, é preciso bibliotecas, é preciso salas de professores, é preciso uma série de estruturas que completam as escolas e os nossos centros escolares prevêem isso tudo. O que acontece é que neste momento, também aí não tenho que ser vaidoso, não temos que ser vaidosos por aquilo que estamos a fazer, porque é com muito esforço e esforço financeiro também. Nós tínhamos mais de metade do parque escolar do concelho em desdobramento e neste momento a cidade de Oliveira de Azeméis, por exemplo, no ano passado ainda estava toda em desdobramento, neste momento só tem duas turmas em desdobramento em Lações, sem termos chegado a fazer os centros escolares que hão-de ser feitos. Porquê? À custa de muito esforço foram: colocação de contentores, que custam muito dinheiro em cada mês; foi a construção, não sei se tiveram a ocasião de já ver, mas se tiverem ocasião vejam o que fizemos na Feira dos Onze, que era apelidada da escola do terceiro mundo da cidade, hoje tem condições que não tinha antes, Pequeno Conde, tudo em regime normal e com pouco mais de condições do que tinha. Claro que isto é um esforço que se vai fazendo e que não se pode fazer num dia. O que nós apostamos e queremos cumprir é até 2013, que é o fim do QREN, queremos completar aquilo que está na Carta Educativa, em termos de centros escolares e queremos não perder, e não perderemos, nenhum dinheiro do QREN para os centros escolares. Já aproveitei esta oportunidade, não vou ter ocasião de falar muito mais, mas vou aproveitar a oportunidade que o Senhor Presidente me dá, não para defender ninguém, mas há aqui áreas que me tocaram e que eu quero esclarecer. O Dr. Fernando Pais Ferreira referiu aqui problemas em Fajões, eu tenho que dizer em defesa daquilo que disse o Senhor Presidente da Câmara e confirmando aquilo que disse o Senhor Presidente da Câmara, eu uso aqui um pouco as palavras do Dr. Fernando Ferreira, é preciso também não se colocar a jeito, mas aqui não é o caso e acho que não há rancores e não há ressentimentos e dou exemplos, vejam se a Câmara está ou não está a investir em Fajões. Tem havido algumas críticas em relação às escolas de Fajões e vejam que este ano resolvemos o problema da cantina de Casal Marinho, que era uma necessidade, estamos em vias de resolver o problema da cantina do Tapado do jardim-de-infância, que era uma necessidade de primeira linha. Não sabem, mas eu digo aqui o que temos feito e o que iremos fazer daqui para a frente em defesa da EB 2/3 de Fajões, que corre riscos, riscos a todos os níveis, porque está em muito mau estado físico, mas pode estar mais do que em degradado estado físico, pode estar em riscos de funcionamento. Dou outro exemplo, também da área que conheço de perto, os Bombeiros de Fajões pediram-nos em tempos apoio para a jardinagem, que não é tão pouco assim, e nós estamos a fazer a jardinagem toda do Quartel dos Bombeiros de Fajões. Portanto, eu acho que não é esquecer Fajões, estamos tão atentos a Fajões como estamos às outras freguesias, é preciso é que sejamos justos. Quanto à toponímia, também houve aqui uma referência, a toponímia de Fajões efectivamente não está aprovada, não está nada aprovado, o que lá está não está aprovado, vocês já sabem disso, não vale a pena “chover no molhado”. Mas, também aí fizemos o esforço, a Câmara Municipal aprovou uma proposta recentemente, antes do Verão, ainda não houve tempo de pegar no assunto, mas vamos pegar rapidamente, há uma proposta no sentido da Comissão de Toponímia começar a trabalhar nisto e resolver o problema de Fajões, Cesar, Carregosa, de todas as freguesias, que tenham ou não tenham as toponímias aprovadas, passar isto tudo a limpo, porque a cidade já está organizada e temos de fazer o resto nas freguesias que não têm as coisas organizadas. Portanto, esse é o trabalho que vem a seguir e esperamos cumpri-lo até ao final do mandato. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

=====*Muito obrigado. Eu como faço em todas as Assembleias Municipais e às vezes com alguns sorrisos que os Senhores Deputados Municipais não vêem, eu vou novamente dar nota do tempo regimental e do tempo que já foi utilizado pelos diversos Grupos Parlamentares. O PSD, tem direito a trinta e dois minutos e gastou doze minutos; o Partido Socialista, tem direito a vinte e dois minutos e gastou até ao momento trinta e oito minutos; o CDS/PP tem direito a um minuto e meio e gastou oito minutos; o PCP-PEV, tem direito a um minuto e meio e gastou quatro minutos. Só para que fique registado, porque eu às vezes vejo daqui uns sorrisos que, normalmente, são irónicos e, portanto, só para ficar registado os tempos regimentais e os tempos que são usados pelos diversos Grupos Parlamentares.*=====

=====*Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito:*=====

=====*Temos neste momento uma dupla defesa de honra pedida pela Senhora Deputada Dra. Helena Terra e uma defesa de honra pedida pelo Senhor Deputado Bruno Aragão. O art.º 33.º do nosso Regimento, diz o seguinte: “Sempre que um Membro da Assembleia considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode para se defender usar da palavra por tempo não superior a cinco minutos”. No seu ponto n.º 2 “O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo também não superior a cinco minutos”. Eu entendo que é o mesmo tempo que é usado na defesa da honra, tem direito, numa leitura rápida do Regimento, o autor da expressão. A Senhora Deputada Helena Terra pediu a primeira defesa da honra na sequência de uma intervenção do Senhor Presidente Ápio Assunção e pediu uma segunda defesa da honra na sequência da intervenção do Senhor Deputado Isidro Figueiredo. O Senhor Deputado Bruno Aragão pediu também a defesa da honra na sequência da intervenção do Senhor Vereador Prof. Albino Martins. Correcto? Então assim vamos fazer: a Senhora Deputada Helena Terra tem cinco minutos para defender a honra da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal Ápio Assunção, depois terá o Senhor Presidente da Câmara que dar as explicações que entender necessárias e depois a Senhora Deputada terá novamente a palavra para apresentar a sua defesa da honra na sequência da intervenção do Senhor Deputado Isidro Figueiredo, e assim sucessivamente.*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Terra, para defesa da honra na sequência da intervenção feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.*=====

=====*Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, eu quero-lhe dizer, para que não restem dúvidas a ninguém, que o PS de Oliveira de Azeméis não está em campanha eleitoral, há-de vir a estar. E sendo eu Presidente da Comissão Política, a menos que aconteça uma tragédia qualquer que me impeça de continuar a ser até lá, nessa minha qualidade, portanto, hei-de vir a estar em campanha eleitoral e nessa altura estarei. Há uma coisa que lhe posso garantir, nessa qualidade, farei promessas, mas houve uma coisa que o Senhor percebeu muito bem. Aliás se há algo que eu sou incapaz de subestimar é a inteligência de V. Exa. e, portanto, V. Exa. percebeu que nessa circunstância, o PS há duas coisas que vai fazer: vai prometer apenas, e só, aquilo que a actual situação financeira do Município lhe permite cumprir e isso resultou claro daquilo que disse, tendo que fazer para o efeito todos os sacrifícios que forem necessários, mas há uma coisa que não vai fazer, não vai prometer aquilo que a sua ambição ordenaria ou demandaria, nem vai fazer aquilo que a ambição dos Oliveirenses poderia ter direito, porque essa é uma incapacidade que nós reconhecemos e há uma coisa que lhe garantimos, no fim, se dessa vez a maioria dos Oliveirenses que até agora tem*

confiado no PSD confiar no PS, há uma coisa que pode fazer: passado o final do mandato, pode picar, como se costuma a dizer, uma a uma as promessas eleitorais, porque se eu ainda for Presidente da Comissão Política Concelhia nessa altura, que espero que não porque acho que os mandatos se não devem perpetuar, eles estarão todos cumpridos. Portanto, nessa matéria quero-lhe deixar perfeitamente à vontade. Acho é que V. Exas. estão preocupadas com o facto de nós apresentarmos propostas. Os Senhores respeitam os Oliveirenses, mas não respeitam mais do que nós. É facto que V. Exas. foram escolhidos pela maior parte dos Oliveirenses para governar, mas não se esqueça que há um grande número de Oliveirenses que escolheu o PS, que escolheu esta gente que está aqui na minha Bancada para fazer Oposição e para apresentar alternativas, porque isto é que é fazer Oposição pelo menos consciente, dentro daquilo que é o Vosso programa de governo porque esse é o que foi sufragado pela maioria. Se V. Exa. conseguir ter hoje, aqui e agora, a coragem política de me dizer que não foi promessa eleitoral do PSD a construção dos novos estaleiros depois da alienação dos anteriores, aliás num espaço de um ano que há muito já passou, e dos novos Paços do Concelho, se isto não foi promessa eleitoral do PSD então eu retiro tudo aquilo que disse. Nós PS em Oliveira de Azeméis, contrariamente ao PSD nacional, primeiro: não fizemos nenhum voto de silêncio e só não o fizemos por um motivo, é porque temos ideias, projectos e estratégias. E por favor Senhor Presidente, sabe que eu tenho um enorme respeito pessoal por si, portanto, não me venha, uma vez mais, dizer que alguns de nós nunca mostraram fazer nada, querendo referir-se a nós PS, nem aqui, nem nas associações. Sabe uma coisa, Senhor Presidente, há várias coisas que nos diferenciam. Uma delas, é a visão que os Senhores têm e que nós temos das associações do nosso concelho. Para os Senhores as associações são centros ao serviço do poder, do vosso poder. Para nós, as associações são formas da comunidade interagir consigo própria. E há outra coisa que nos distingue, sabe, e que já se focou aqui nesta Assembleia, é que para nós elas são todas iguais e para V. Exas. umas são mais iguais do que outras. Quero-lhe dizer uma outra coisa, Senhor Presidente, quanto ao fazer quero-lhe dizer que sempre que a um Socialista que tem um mandato para cumprir, que lhe foi conferido pelo povo, como é o meu caso, eu penso que para lhe dizer isto de forma clara e sucinta, muito tinha para dizer, mas para lhe dizer isto de forma clara e sucinta um minuto vai chegar. Há bocadinho, V. Exa. interpelado a propósito das novas obras, novas que já estão muito velhas, do novo Centro de Saúde, eu acho que lhe teria ficado muito bem V. Exa., em abono da verdade, tivesse referido que esta sua amiga pessoal, embora adversária partidária, esta semana, na terça-feira de manhã estive numa reunião na Administração Regional de Saúde do Centro, da qual V. Exa. tem conhecimento porque eu própria lhe dei conhecimento mal saí de lá e dando-lhe conta disto por um motivo, porque é esta a visão que eu tenho da interacção dos vários centros de poder, sabe? Não é de costas voltada, eu para si e o Senhor para mim, é nós dois de olhos voltados para os Oliveirenses, porque só assim conseguimos responder aos problemas que eles têm. Esse é o meu objectivo. Quero continuar a acreditar que este também é o seu. Ter-lhe-ia ficado bem dizer todas as informações que lhe dei a esse propósito. Vou finalizar, Senhor Presidente. No que toca a piscinas em Cucujães, eu permito-me dizer o seguinte: eu gostava muito que Cucujães não viesse a ter mas já tivesse piscinas cobertas e sobretudo que uns certos cartazes que por lá andam espalhados fossem recolhidos e que agora V. Exas. dissessem ao povo para irem tomar banho ao rio. Há outra coisa que eu lhe quero dizer e que tem a ver com Cucujães e que muito a mim me tem preocupado, e novamente vou fazer um inconfidência, mas não posso deixar de a deixar fazer. Senhor Presidente, para lhe dizer o seguinte: até hoje ninguém sabia que todos os dias desta semana, eu e o Senhor falamos pelo telefone, ninguém sabia, mas agora vai ficar a saber e eu vou passar a dizer porquê? Não foi só por causa do Centro de Saúde e das obras, foi também por causa do novo Quartel da GNR de Cucujães, relativamente ao qual uma resposta

que só pode ser dada pela Câmara Municipal, há muito tempo está em falta e que neste momento pode fazer perigar, nomeadamente, a entrada da dita obra que está prometida no Orçamento de Estado, como aliás V. Exa. sabe. Todos os dias desta semana, e V. Exa. certamente é um homem sério e honesto, eu sei que é, não poderá desmentir isto que aqui estou a dizer. Todos os dias desta semana nós dois falamos sobre isso, eu demonstrei-lhe a minha preocupação, disse-lhe que isto tinha de estar em Lisboa até sexta-feira, lamentavelmente não esteve. Portanto, no que toca a cada um fazer o que deve, Senhor Presidente, parece-me que depois disto estaremos com certeza salvos. Quero-lhe dizer o seguinte: não quero para mim a paternidade da resolução de nenhum dos problemas dos Oliveirenses, quero sobretudo que um dia eu, o Senhor e todos os outros Oliveirenses possamos comemorar juntos e de cada vez a resolução de mais um problema que é de todos e, portanto, também é meu e também é seu. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar explicações relativamente à defesa da honra que foi efectuada pela Senhora Dra. Helena Terra. =====

===== A Senhora Deputada não me feriu. É verdade aquilo que disse, temos estado em constantes conversações, por causa do Quartel da GNR e do Centro de Saúde, mais até por causa do Quartel da GNR. Além do problema do projecto das vias, eles exigem que a Câmara Municipal escreva a assumir o compromisso da execução das vias. Eu posso-lhe dizer que já têm a carta lá e eu depois poderei falar com a Dra. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Terra, para defesa da honra na sequência da intervenção feita pelo Senhor Prof. Isidro Figueiredo. =====

===== Senhor Presidente, eu não vou precisar de tanto tempo. Quero agradecer, antes de mais, a flexibilidade da gestão democrática que V. Exa. tem vindo a demonstrar na gestão destes tempos, mas no que toca à defesa da honra relativamente ao Prof. Isidro Figueiredo, eu vou ser muito mais breve e sucinta. Relativamente à tomada de posse do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, que faço questão de olhar olhos nos olhos porque é a primeira vez que nesta circunstância, como ele certamente se recordará, me cruza com ele, porque quando ele tomou posse da vez anterior, toda a gente se lembrará com certeza que eu não estava presente nesta Assembleia, justifiquei a falta atempadamente, quer via telefone e previamente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal como penso que por uma questão de elegância e cortesia que as nossas boas relações permitem eu o devia fazer, e depois fiz chegar a justificação legal e toda a gente sabia que eu estava fora do País, foi televisionado, a representar o Estado Português, integrando uma Delegação chefiada pelo Senhor Presidente da República de Portugal. Portanto, só por isso é que eu em nome da minha Bancada não lhe dirigi os votos das maiores felicidades. Espero que V. Exa. tenha o maior dos sucessos enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, por um motivo: não porque isso seja bom para si, mas sobretudo porque isso com certeza que será muito bom para todos Macieirenses e sendo bom para os Macieirenses é bom para Oliveira de Azeméis. Esta é a primeira coisa que lhe quero referir. A segunda coisa que lhe quero referir, é em resposta àquilo que o Prof. Isidro me perguntou. Perguntou-me porque é que depois de dissolvida, antes de chegar ao final do mandato, a Assembleia de Freguesia de Macieira de Sarnes, o PS que até era governo deixou de ser. Eu respondo-lhe com outro exemplo que V. Exa. e todos os Portugueses

conhecem muito bem, são as regras normais do jogo, ou se quiser da ciência política, mas mais do jogo político, é que quando foi dissolvida pela última vez a Assembleia da República, antes do final do mandato, o PSD/PPD também era poder e nas eleições seguintes, como V. Exa. se recorda e todos os Portugueses sabem, também deixou de ser e com certeza que o motivo num e noutro caso será semelhante. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Isidro Figueiredo, para dar explicações relativamente à defesa da honra que foi efectuada pela Senhora Dra. Helena Terra. =====

===== Relativamente àquilo que foi aqui dito, eu acho que Macieira de Sarnes tem que ficar muito orgulhosa pois foi neste momento promovida a condição nacional, simplesmente ao nível nacional não houve demissões, não houve retirada de confiança política e o que é certo é que com todo o barulho e com todo o clima de negativismo, de conflitualidade que tem sido sintomático em cada uma das Assembleias Municipais, o PS não consegue fazer passar aquilo que são as suas propostas. Esta é a realidade, doa a quem doer. Mais, o sentido de actuação do PS aqui nesta Assembleia e o limite da actuação do PS aqui nesta Assembleia, faz-me lembrar metaforicamente a história da Branca de Neve e dos Sete Anões, em que um dos anões é o Zangado e dá a ideia que o PS está sempre zangado. Está zangado com Deus, está zangado com o mundo, está zangado com os outros e está zangado consigo próprio. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, para defesa da honra na sequência da intervenção feita pelo Senhor Vereador Prof. Albino Martins. =====

===== De facto, Prof. Albino, eu não devo ter muita propriedade, não tenho, sou arrendatário, não sou proprietário. Até aí tem toda a razão, não tenho propriedade nenhuma, mas acho lamentável, acho mesmo lamentável que esse seja um argumento esgrimido neste tipo de Assembleias ou em contexto deste género. Acho lamentável. Acrescentou ao que eu não disse, disse o que eu não disse e não respondeu a nenhuma das minhas questões simples. E tal como dizia o Senhor Presidente da Câmara, de facto há um dinamismo implícito em todas estas questões, mas é para isso que há planos e os planos, tal como a Carta Educativa, têm na parte final um período de execução, um plano de execução, é para isso que há datas, há calendários em que se define isso tudo, senão então temos planos pela vida fora, é tudo dinâmico, nunca há prazos e as pessoas não têm de ser responsabilizadas. Mas nem foi neste tom que eu coloquei as minhas questões sequer. E não disse que não achei pertinente e que não achei importantíssimo a Carta Educativa ter sido uma das primeiras do País. Eu só disse que estava céptico como continuo a estar. E por isso fiz um conjunto de questões que foram abordadas muito ao de leve, como se fosse difícil responder quais são os prazos, qual é a execução. E mais, acrescento Senhor Presidente da Câmara, eu fiz a questão que achava que devia fazer a si, sobre a execução do Centro Escolar de Azagães. Sua Exa. disse que “e tal, que também sobre o Centro de Saúde não colocou à Direcção Regional a mesma questão”. É-me indiferente se o Senhor colocou ou não, eu tenho que colocar a si a data sobre a data da execução do Centro Escolar de Azagães e sua Exa. tem que colocar a quem de direito. São assim que as coisas se fazem, cada um no seu lugar. Eu faço a si e o Senhor fará a quem de direito, para esta ou para outra questão qualquer, a questão é muito simples. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para dar explicações relativamente à defesa da honra que foi efectuada pelo Senhor Bruno Aragão.* =====

===== *Espero não precisar de ouvir novas defesas da honra, porque não é minha intenção ofender ninguém. Se referi não haver propriedade em relação àquilo que foi dito, acho que isso não é ofensa dizer que os primeiros são os últimos, que é uma máxima evangélica, porque é verdade. Não tenho nada a acrescentar em relação a isso. Agora em relação à questão que me pôs, eu também acho que já dei a resposta como devia de dar, eu quando disse que tínhamo-nos candidatado e que iríamos continuar a candidatar ao QREN nas várias fases da abertura e que tínhamos contratualizado no âmbito da Área Metropolitana do Porto o valor que nos cabia, independentemente de ser em 2007, 2008 ou 2009, implicitamente ou explicitamente, disse que até 2013 teríamos que gastar o dinheiro que nos cabia nos centros escolares que temos previstos. Naturalmente, se quiser e penso que não precisaremos de perder tempo aqui, tal como tenho feito a toda a gente desde professores a associações de pais, tenho explicado em pormenor qual é o andamento da Carta Educativa, caso a caso, freguesia a freguesia, escola a escola, também estou disponível para lhe dar essa explicação, porque penso que não interessará aqui à Assembleia toda, nem eu vinha munido disso, de dar pormenor a pormenor de todas as situações, mas há disponibilidade para isso.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio da seguinte forma:* =====

===== *Muito obrigado. Vamos então agora à parte final do “Período de Antes da Ordem do Dia”, não sem antes eu querer dar hoje, dar na sequência daquilo que aqui se passou, uma informação à Assembleia Municipal, por uma questão de estarem os princípios bem definidos e as regras bem definidas para que a Mesa da Assembleia não seja acusada de tratamento diferenciado. Eu nunca, em nenhuma circunstância, questionarei a defesa da honra. A defesa da honra é um direito que assiste regimental ao Membros da Assembleia e, portanto, eu já na última Assembleia disse que com o aproximar de algumas datas isto tem tendência a aquecer e eu deixo ao critério de cada um usar a defesa da honra. Em nenhuma circunstância eu poderei avaliar se a honra foi ou não foi ofendida. Portanto, chamo a atenção dos Senhores Membros da Assembleia para o uso correcto desta figura regimental, para os abusos ou não, porque eu em nenhuma circunstância recusarei uma defesa da honra, porque não tenho condições para avaliar se a honra foi ou não foi ofendida e quero que fique já definido, ainda falta um ano e tal para o final deste mandato, mas quero que fique já definido que em nenhuma circunstância colocarei em causa sempre que algum Membro da Assembleia Municipal entender que a sua honra foi ofendida.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu continuidade aos trabalhos:* =

===== *Vamos então aos votos. Como eu disse no início temos um voto que nos foi proposto pelo nosso Campeão Europeu de Todo-o-terreno, que é o Simão Correia, mais concretamente Manuel Simão Freitas Correria, que foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD mas também pelo Senhor Procedente da Junta de Freguesia de Travanca, que me pediu a palavra para passar uma pequena mensagem sobre esta temática.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi concedido o uso da palavra ao Senhor Nuno Jesus, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca.* =====

=====*Boa noite a todos. Senhor Presidente, obrigado por me ter dado a palavra. Eu só venho dizer à Assembleia Municipal e a todos os presentes, venho dar realce ao feito deste Oliveirense. Ele foi, ou é, Campeão Europeu de Todo-o-terreno, numa classe de motociclismo e o feito dele é grandioso, ou tem uma grandiosidade maior porque ele é amador, completamente amador e foi campeão competindo contra profissionais com meios, segundo ele me disse, parecidos, por exemplo, aos meios que as equipas da Fórmula 1 utilizam. Posso dizer que ele ganhou em classe de moto-quatro, mas que bateu toda a concorrência mesmo nas motos de duas rodas, que normalmente são mais rápidas. É um Oliveirense, a freguesia de Travanca já lhe fez a devida homenagem e aproveitava a oportunidade para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que achamos, Travanca acha e eu próprio também acho, que a Câmara também deveria fazer a devida homenagem. Era mais nesse sentido, realçar que ele é um Oliveirense, e ele faz questão de o dizer, ue é de Travanca, que é de Oliveira de Azeméis. Eu posso-vos dar muito rapidamente um exemplo, ele tinha equipas que para cada especialidade tinha uma moto e ele usava a mesma moto para todas as especialidades e bateu toda a concorrência. Acho que é um feito de realçar, é uma modalidade que não é muito conhecida, se calhar a maioria de vós não sabia disto, provavelmente nem sequer saberiam que tínhamos um Oliveirense Campeão Europeu nesta modalidade e eu achei que era de justiça vir cá também dar o realce a este feito. Obrigado pela oportunidade.*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:*=====

=====*Muito bem, faz todo o sentido esta intervenção, aliás ele já foi Campeão Nacional e, portanto, já aqui nós fizemos esse voto e agora ultrapassou os limites do nosso País, é Campeão Europeu, é acima de tudo um grande piloto e um grande Oliveirense.*=====

=====*Colocado à votação o voto de louvor ao Senhor Manuel Simão Freitas Correia, pela consagração de Campeão Europeu de Todo-o-Terreno em Quads (Bajas), foi o mesmo aprovado por unanimidade.*=====

=====*O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal continuou:*=====

=====*Há um outro voto que também foi apresentado pelo Senhor António Nobre Azevedo, Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta. Vou ler o voto que foi proposto pelo Senhor António Nobre Azevedo: “- Considerando o excelente trabalho desenvolvido pelo Grupo Juvenil de Pinheiro da Bemposta no Atletismo, particularmente na formação de jovens atletas; - Considerando os grandes êxitos alcançados pelos seus atletas, não só a nível concelhio, mas também distrital e nacional; - Considerando o dia 28 de Junho de 2008, data em que a Atleta do Grupo Juvenil Tânia Ferreira se sagrou Campeã Nacional de 10 km no escalão sub 23, no Campeonato Nacional que decorreu no Estádio Universitário em Lisboa; - Considerando mais este marco histórico na vida da colectividade, assim como da sua atleta, da freguesia de Pinheiro da Bemposta e do Concelho de Oliveira de Azeméis, proponho que esta Assembleia se digne aprovar um voto de louvor a este feito histórico”.*=====

=====*Colocado à votação o voto de louvor ao Grupo Juvenil de Pinheiro da Bemposta, pelo excelente trabalho desenvolvido no atletismo, foi o mesmo aprovado por unanimidade.*==

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou:*=====

===== *O outro voto prende-se com a participação e os resultados alcançados pela FAMOA no Campeonato Nacional de Sueca e no Campeonato de Malha, isto na questão dos jogos tradicionais, que é uma coisa que está a ser também revitalizada.* =====

===== *Colocado à votação o voto de congratulação à FAMOA – Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis, pela participação e resultados alcançados no Campeonato Nacional de Sueca e Campeonato da Malha, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou:* =====

===== *Há agora um voto de pesar, que tem a ver com o falecimento do Presidente do Futebol Clube Macieirense, o Senhor José da Silva, eu perguntei se podia usar este termo, disseram-me que sim, que era mais conhecido como o “Zé do Porto”, que era assim conhecido na freguesia de Macieira de Sarnes e que era um dirigente de mão cheia, alguém que fez um trabalho extraordinário à frente do Futebol Clube Macieirense e que infelizmente nos deixou.*

===== *Colocado à votação o voto de pesar e minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor José da Silva, Presidente do Futebol Clube Macieirense, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *Há ainda duas informações que gostaria de dar. Uma, que se prende com um assunto que foi aqui falado, porque eu próprio dei a indicação na última Assembleia Municipal a todos os Grupos Parlamentares, desejar as rápidas melhoras à nossa Colega da Assembleia Municipal Dona Isabel Vilhena, dar nota de que ela já foi submetida a uma intervenção cirúrgica, vai ter que ainda ser objecto de outra, que está tudo a correr bem e que ela própria agradece os votos de recuperação que lhe foram aqui manifestados pela Assembleia Municipal. A segunda informação, esteve previsto fazermos a Assembleia Municipal de hoje na passada sexta-feira, eu próprio optei por alterar a data porque o nosso concelho ia ter a visita da Senhora Secretária de Estado Idália Moniz ao Centro de Apoio Familiar Pinto Carvalho, estava marcada para as quatro horas a cerimónia, era muito em cima e estávamos condicionados pelo tempo dessa cerimónia e o tempo da nossa Assembleia Municipal. Não está cá o Dr. Vieira Dias, mas eu aproveito que o próprio Dr. Vieira Dias manifestou vontade e disponibilidade para que se realize uma próxima Assembleia Municipal no Salão Polivalente do Centro de Apoio Familiar Pinto Carvalho, que eu acho que deve merecer a nossa aceitação e, portanto logo que seja possível do ponto de vista logístico faremos também uma Assembleia Municipal no Centro de Apoio Familiar Pinto Carvalho, que aliás foi objecto de muitos elogios por parte da Senhora Secretária de Estado, na sua última visita na passada sexta-feira a Oliveira de Azeméis. Vamos então iniciar o “Período da Ordem do Dia”.* =====

===== *Após todas as intervenções e esclarecimentos dados, o Senhor Presidente da Mesa deu como terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”.* =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== A Assembleia Municipal tomou conhecimento das alterações ao Orçamento da Despesa números 14 e 20. =====

===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

===== **Ponto um:** Votação da acta n.º 28. =====

===== Foi presente para aprovação a acta n.º 28 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 27.06.2008. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação a acta n.º 28 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 27.06.2008, a qual foi aprovada por maioria, com as abstenções dos Senhores Marcial Santiago (PSD) e Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes. =====

===== **Ponto dois:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as actividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para iniciar a discussão do ponto. =====

===== A informação está escrita, bastante sucinta, portanto, penso que não há necessidade de estar a dar explicações. =====

===== De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para a discussão deste ponto, registando-se a inscrição da Senhora Dra. Helena Terra. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Terra, do PS. =====

===== Eu até numa conversa pessoal no início desta Assembleia, havia referido a V. Exa. que só interviria no “Período de Antes da Ordem do Dia”, mas entretanto a emergência de uma outra situação já no decurso desta Assembleia obriga-me a fazer uma intervenção. Ora bom, estamos no ponto em que apreciamos a actividade da Câmara Municipal, nomeadamente, há uma série de documentação que instrui este ponto que tem a haver com ligações de água e saneamento. Pois bem, é a esse propósito que faço esta minha intervenção e perante documentos que acabaram de me ser fornecidos. Um Município aqui presente nesta sala entregou-me um fax dirigido ao Senhor Presidente, referencia como assunto “Estado da estrada” e diz este Município, cujo nome é Domingos da Silva Abreu e Sousa, o seguinte “Venho por este meio

demonstrar o meu desagrado pelo estado de conservação das estradas do Município em geral, mas do arruamento Rua Detrás da Fábrica 347 em particular. Sucede que o mero acto de entrar na minha propriedade tem patrocinado estragos sucessivos na parte inferior da minha viatura, vulgo avental, e inclusivamente como comprovativo anexo cópia da factura do último arranjo realizado na viatura. Como Munícipe e contribuinte considero-me no direito de solicitar não só o respectivo ressarcimento de pelo menos este arranjo, mas também sobretudo o arranjo desta estrada de forma a prevenir futuros danos. Outro arranjo premente seria o da estrada Bustelo/Lomba, buraco sobre buraco. Não há por onde fugir, estamos no Verão e não no Inverno, a arranjar é AGORA. Agradecendo desde já, subscrevo-me...” Deste mesmo teor deu conhecimento à Junta de Freguesia de S. Roque, um fax com o mesmíssimo teor e que, portanto, me escuso de ler, no mesmíssimo dia. A este fax a Junta de Freguesia de S. Roque respondeu através de um ofício, de 17/07/2008, portanto dois dias depois do facto deste Munícipe, dizendo que “acusam a recepção, as valas existentes na rua em apreço foram abertas pelos Serviços da Câmara Municipal para efectuaram o prolongamento do abastecimento da água na zona, devendo ser respostas com a celeridade possível. Tal facto não ocorreu, não obstante os constantes pedidos e reparos por parte da Junta de Freguesia, para que fosse feita a reposição das valas na Rua Detrás da Fábrica e outras em mesmas circunstâncias. Neste sentido iremos continuar a fazer todos os esforços que estejam ao nosso alcance, com o intuito de sensibilizar a Câmara Municipal que é a entidade responsável pela abertura da vala e a sua reposição, para que proceda à sua reparação no mais curto espaço de tempo. No que se refere à Rua da Lomba, também por diversas vezes já apelamos à Câmara Municipal para que proceda à sua efectiva pavimentação, considerando o elevado tráfego ali existente. Em declarações à imprensa local, o Presidente da Câmara Municipal afirmou que esta obra estaria para breve. Não obstante sermos alheios a estas duas situações, a Junta de Freguesia está em permanente constante contacto com a Câmara Municipal, com o único objectivo de ajudar na resolução dos problemas desta nossa freguesia, pelo que continuaremos empenhados em solucionar estes casos, para benefício da comunidade em geral, com os melhores cumprimentos, assinado pela Presidente Maria Isabel Costa”. E eis que a Câmara Municipal responde em 28 de Julho de 2008, nos seguintes termos: “Acusamos a recepção da sua participação, informando que para o cabal desenvolvimento da vossa pretensão (recorde-se que a pretensão do Munícipe é ser ressarcido e sobretudo ser reposta a pavimentação da vala daquela rua e da outra para que outros danos tal como o dele não venham a ocorrer) deverá no prazo de dez dias úteis instruir o processo de averiguação de responsabilidade civil extracontratual por actos de gestão pública, sob pena de procedermos aos arquivamento do processo, com os seguintes documentos: planta topográfica, auto da GNR se existir, fotografias do local e danos provados se existirem. A planta topográfica poderá ser fornecida gratuitamente nos Gabinetes de Atendimento do Munícipe do Município de Oliveira de Azeméis, devendo V. Exa. indicar o local exacto da ocorrência. Com os melhores cumprimentos, António Rosa, Vereador da Câmara Municipal”, e é tudo. Bom, estamos no ponto de avaliar a actividade da Câmara Municipal, meus caros Senhores, vamos lá ver se nos entendemos, responder assim a um Munícipe que vem pedir o que este Senhor pediu e as fotografias são nestes termos, eu confesso que não tenho passado neste local há já alguns dias, mas isto é com certeza do conhecimento da Câmara Municipal, que é o dono desta obra. Parece-me que responder assim a um Munícipe que tem direito a ver reposta uma situação que é da obrigação da Câmara, é a melhor forma de o dissuadir de fazer o que quer que seja. Primeiro, ficava muito mais barato à Câmara Municipal dizer assim “senhor fulano, pedimos desculpa, ainda não houve oportunidade de repor isto, vamos repor o quanto antes. Lamentamos, o senhor já estragou a sua viatura, tente lá contribuir para esta nossa causa, nós vamos repor isso o quanto antes e o resto... pronto”. Qualquer coisa e se calhar isto satisfaria

muito mais o Município do que uma resposta tão formalmente correcta, mas com um peso burocrático tão grande que, no mínimo, o Município ficará com vontade de, desculpem-me a expressão, dizer “vou pôr isto no arquivo geral”, que fica por baixo, normalmente, das nossas secretárias ou apontar isto nas calendas gregas e pôr-lhe por cima um molhinho de urtigas que nunca mais vou tornar a pegar. Portanto, o que eu queria chamar a atenção é o seguinte: os Municípios quando fazem reclamações desta ordem de natureza é muito mais fácil, em vez de andar com troca para cá e para lá de expediente burocrático, dizer “olhe, o Senhor tem razão, ainda não nos foi possível, iremos fazê-lo logo que tenhamos pessoal para isso, logo que o tempo permita”. Agora, tem um prazo para instruir um processo de averiguação de danos emergentes de responsabilidade civil extracontratual, é qualquer coisa que para um advogado diz é particularmente identificável, agora para o cidadão comum, tenham lá a santa paciência, acho que não é a melhor forma, de como digo, de respeitarmos aqueles que com muita boa intenção nos elegeram. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É muito simples e é natural. Nós hoje andamos com uma missão de tapar as valas e tapar buracos. Face ao período de férias não tivemos grande oportunidade, porque não tivemos pessoal para acudir a todos os problemas que temos. E também temos valas que são abertas pela própria Câmara, quando está a fazer ligações de saneamento ou ligações de água. Agora, o problema é que o Município escreve à Câmara a dizer que accionava contra a Câmara uma acção e um pedido de indemnização, segundo eu ouvi. Da leitura deu-me a impressão, mas isso acontece quando se dirigem dessa forma e nós temos que procurar analisar se há efectivamente responsabilidades que dêem direito a indemnizações. Portanto, temos que analisar. Mas eu quero dizer que nós estamos neste momento a fazer uma campanha de tapar buracos e preparar tudo e de certeza que ele brevemente vai ficar satisfeito. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento da referida informação.

*===== **Ponto três:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Escola Secundária Ferreira de Castro, com vista ao fornecimento do serviço de refeição escolar a onze alunos e duas auxiliares do Jardim-de-infância de Lações – Bairro Social, no ano lectivo 2008/2009 – Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A capacidade, qualidade e adequação das instalações e recursos humanos da “Escola Secundária Ferreira de Castro”, para o fornecimento de refeições escolares; - Que o “Jardim-de-infância de Lações – Bairro Social”, pertencente ao Agrupamento Bento Carqueja, não dispõe de refeitório e será integrado na “Escola Secundária Ferreira de Castro”, por via da construção de um equipamento escolar com as valências de pré-escolar e primeiro ciclo, a instalar no perímetro desta; - A necessidade de colmatar as dificuldades sentidas pelas famílias, em compatibilizar os seus horários com os de normal funcionamento dos Jardins-de-Infância, muito especialmente no que concerne à interrupção para refeição; Em face do exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: - Aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a “Escola Secundária Ferreira de Castro”, com vista ao fornecimento do serviço de refeição escolar a onze alunos e duas auxiliares do Jardim-de-Infância de Lações – Bairro Social, no ano lectivo de 2008/2009, nos termos e condições ali estabelecidas, documento este que fica

arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo designadamente, da alínea b) e d) do n.º 4 do artigo 64º e 67º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; - Remeter à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) n.º 2 do art.º 53º do diploma atrás referido.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O presente protocolo tem como objectivo o fornecimento das refeições aos alunos e pessoal não docente do Jardim-de-infância de Lações dado que o mesmo não possui cantina para o efeito. Uma vez que o referido jardim-de-infância será integrado num Centro Escolar a desenvolver no perímetro da Escola Secundária Ferreira de Castro, esta é já uma forma de integração nesta comunidade escolar colmatando, ao mesmo tempo, as dificuldades sentidas pelas famílias na compatibilização dos horários, designadamente, o horário da refeição.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Escola Secundária Ferreira de Castro, com vista ao fornecimento do serviço de refeição escolar a onze alunos e duas auxiliares do Jardim-de-infância de Lações – Bairro Social, no ano lectivo 2008/2009.* =====

===== **Ponto quatro:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Comissão de Melhoramentos de Palmaz – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, em 2 de Janeiro de 2007, foi celebrado Protocolo de colaboração entre o Município de Oliveira de Azeméis e a “Comissão de Melhoramentos de Palmaz”, com vista a assegurar o fornecimento de refeições aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico da freguesia de Palmaz, nas instalações daquela Comissão, bem como o transporte dos alunos da escola de Nespereira, inscritos naquele serviço, o qual já foi objecto de duas Adendas; - Que é intenção dos outorgantes, alterar o teor da Cláusula terceira do mesmo; Em face do exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: - Aprovar a minuta da adenda ao citado Protocolo, nos termos e condições ali estabelecidas, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo designadamente, da alínea d) do n.º 4 do artigo 64º e 67º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-/2002, de 11 de Janeiro; - Remeter à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) n.º 2 do a) do art.º 53º do diploma atrás referido”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É uma adenda ao protocolo que já existe, que altera o valor a pagar à Comissão de Melhoramentos de Palmaz pelo apoio e acompanhamento dos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico da freguesia de Palmaz, com serviço de refeições.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração da adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Comissão de Melhoramentos de Palmaz.*=====

===== ***Ponto cinco:** Proposta de adesão do Município à Entidade Regional de Turismo – “Turismo do Porto e Norte de Portugal” – Autorização.*=====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo presente a actual conjuntura de reestruturação das unidades de gestão do turismo com a criação das novas áreas regionais no território de Portugal Continental, o Município de Oliveira de Azeméis vê, desta forma, a sua área de gestão transitar para a Região Norte. Assim sendo, em virtude das alterações conjunturais apresentadas, o Município de Oliveira de Azeméis passa a integrar o território da responsabilidade da nova Entidade Regional de Turismo do Norte, denominada Turismo do Porto e Norte de Portugal pela Portaria n.º 1039/2008 de 15 de Setembro. A adesão dos Municípios às novas Entidades Regionais constitui, nos termos do n.º 5 do artigo 7º do Decreto-Lei 67/2008 de 10 de Abril, condição obrigatória para o acesso aos programas públicos de financiamento na área do turismo com recurso a fundos exclusivamente nacionais. Considerando o exposto, revela-se necessário que o Município de Oliveira de Azeméis aprove a sua adesão à mesma Entidade em sede de Executivo e Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 7º do Decreto-Lei 67/2008 de 10 de Abril, da alínea m) do artigo 53 e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64 da Lei 169/99 de 18 de Setembro e posteriores alterações. Assim, proponho: 1. A aprovação da presente proposta de adesão do Município de Oliveira de Azeméis à referida Entidade Regional e; 2. A posterior remessa da mesma para deliberação em Assembleia Municipal”.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*=====

===== *Esta proposta surge da adesão à Grande Área Metropolitana do Porto. O nosso Município passa a integrar o território da responsabilidade da nova Entidade Regional de Turismo do Norte, denominada Turismo do Porto e Norte de Portugal. Deixamos de pertencer à Rota da Luz.*=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a adesão do Município à Entidade Regional de Turismo – “Turismo do Porto e Norte de Portugal”.*=====

===== ***Ponto seis:** Regulamento Municipal de Publicidade – Aprovação.*=====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. O período de discussão pública obrigatória que se seguiu à aprovação da proposta que aprovou as alterações ao regulamento supra citado, e que após realização da apresentação pública do projecto de regulamento municipal de publicidade foram sugeridas diversas alterações sendo a maioria delas acolhidas na presente proposta. 2. Que das propostas de alteração e acolhidas destacam-se as seguintes: 1- Protecção dos locais públicos destinados à afixação de suportes publicitários em regime de concessão mediante, um raio de 100 metros no qual não será*

permitida a fixação de qualquer outro suporte publicitário. Exclui-se da referida protecção a publicidade em edificações e previstas no art. 5º bem como outros suportes publicitários em regime de concessão. 2- Agravamento do valor mínimo das taxas, com excepção da publicidade em edificações referida no art. 5º, para a ausência de licenciamento prévio tendo por referencial o valor que seria devido no acto de licenciamento para o referido suporte. 3- Alteração da definição de publicidade tendo por base a definição que consta do código da publicidade. 4- Foi salvaguardada a possibilidade, facultativa, de identificação nos projectos de arquitectura dos locais para fixação de suportes publicitários em edificações. Foram também definidas regras básicas para a localização dos suportes publicitários. 5- Não foi previsto prazo de validade para os alvarás de publicidade que se encontram isentos de taxas. Para os alvarás de publicidade que possuam prazo de validade, foi alterada a anterior redacção por forma a que este não corresponda a anos civis. 6- Alargamento da isenção do licenciamento para a publicidade em viaturas, à excepção das unidades móveis publicitárias. 7- Alteração do regime transitório por forma a salvar a totalidade dos alvarás de licença caducados. 2. Que compete à Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos, apresentar, à Assembleia Municipal, propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.ºs 2 a 4 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações, e que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da câmara, aprovar as posturas e regulamentos do município com eficácia externa (art. 53º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações), propõe-se: 1. Que se submeta o presente Regulamento, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao órgão executivo, elaborado com fundamento legal nos artºs. 112º, n.º 8 e 241º da Constituição da República Portuguesa, e artºs. 64º, n.º 4, alínea c) e n.º 6, alínea a), e 53.º, estes da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para aprovação definitiva, por forma a remetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação. 2. Após aprovação, a remessa do mesmo para publicação imediata no boletim municipal” . =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Pretende-se a aprovação definitiva do Regulamento Municipal de Publicidade, decorrido que está o período de discussão pública obrigatória onde foram apresentadas diversas sugestões de alteração tendo sido, a maioria delas, acolhidas na presente proposta. Ainda posso acrescentar de que foram feitas aqui algumas acções de sensibilização e também de troca de impressões com alguns comerciantes e com outras individualidades, aqui nesta sala. =

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição da Senhora Dra. Ana de Jesus e Senhor Marcial Santiago. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Ana de Jesus, do PS, que interveio da seguinte forma: =====

===== Boa noite a todos. Senhor Presidente, foram várias as vezes que viemos a esta tribuna e no âmbito do Regulamento de Publicidade, alertar para a ilegalidade na cobrança de algumas taxas de publicidade e do peso pesado que as mesmas significavam no orçamento do comércio tradicional. Da análise do Regulamento agora posto à votação, resulta claro que a Câmara acabou por concordar com os nossos argumentos e foi sensível às propostas

apresentadas na sessão de esclarecimento aberta à população, que decorreu neste mesmo espaço. Em resultado destas colaborações, hoje vamos votar um Regulamento menos burocrático e mais barato para os comerciantes. Se é certo que os cofres da Câmara irão sentir o impacto deste novo Regulamento, estou certa de que demos um grande passo no impulso e no apoio ao nosso comércio tradicional. Resta pedir a V. Exa., que sejam dadas instruções aos funcionários, que directamente vão atender os Municípios nesta área, para que seja feito o alerta imposto pelo art.º 12, n.º 4, ou seja, a necessidade do comerciante requerer e fundamentar a isenção da taxa. Por último, esperamos que a filosofia que imbuiu a alteração deste Regulamento, e que hoje vamos votar, se estenda a outras matérias, como por exemplo os horários de estabelecimentos comerciais e transportes municipais. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Marcial Santiago, do PSD, que disse: =====

===== O Regulamento de Publicidade em discussão apresenta relativamente ao Regulamento em vigor à data, algumas alterações, das quais me permito destacar as seguintes: - O alargamento da isenção de licenciamento para a publicidade em viaturas, à excepção das unidades móveis publicitárias. - A isenção de taxas às unidades comerciais, actividades industriais e de prestação de serviços. - A eliminação de um limite de validade para os alvarás de licença de publicidade quando estes se encontrem isentos de taxas. O Regulamento em análise, a quando da discussão pública, teve a participação dos comerciantes ou seus representantes, onde certamente foram apresentadas e discutidas propostas de alteração. As inovações que o novo Regulamento apresenta, mesmo ficando aquém do pretendido e desejado pelos seus destinatários, não deixa de ser um incentivo à promoção das actividades comerciais e indústrias do concelho, satisfazendo algumas das pretensões dos interessados. A eventual quebra de receita do Município poderá ser compensada pela concessão de espaços destinados à actividade publicitária, mediante concurso ou hasta pública. O Partido Social Democrata votará favoravelmente a proposta de Regulamento em discussão. Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos. =====

===== Boa noite a todos. Eu só queria aqui fazer um pequeno reparo, relativamente ao “pai ou mãe” do Regulamento Municipal de Publicidade, que foi o Executivo da Câmara Municipal e não a Oposição como pretendeu aqui demonstrar. Era só fazer esse reparo. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por maioria, com a abstenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, aprovar o referido regulamento. =====

*===== **Ponto sete:** Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. O período de discussão pública obrigatória que se seguiu à aprovação da proposta que aprovou as alterações ao regulamento supra citado, e que após realização da apresentação pública do projecto do presente regulamento foram sugeridas diversas alterações, sendo a maioria delas acolhidas na presente proposta. 2. Que das propostas de alteração e acolhidas destacam-se as

seguintes: 1- Alteração do prazo máximo para execução de edificações; 2- Alteração da tipificação de edificações de impacte relevante. Neste caso, e tendo por base um princípio de equidade e justiça, foi definido que para o cálculo das áreas de cedência apenas é contabilizada a área de construção que ultrapasse o limite definido de 1000 m². 3. Que compete à Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos, apresentar, à Assembleia Municipal, propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.ºs 2 a 4 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações, e que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da câmara, aprovar as posturas e regulamentos do município com eficácia externa (art. 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações), propõe-se: 1. Que se submeta o presente Regulamento, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao órgão executivo, elaborado com fundamento legal nos art.ºs. 112.º, n.º 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, e art.ºs. 64.º, n.º 4, alínea c) e n.º 6, alínea a), e 53.º, estes da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para aprovação definitiva, por forma a remetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação. 2. Após aprovação, a remessa do mesmo para publicação imediata no boletim municipal e Diário da Republica.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Pretende-se a aprovação definitiva do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, decorrido que está o período de discussão pública obrigatória, onde foram apresentadas diversas sugestões de alteração tendo sido, a maioria delas, acolhidas na presente proposta. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o referido regulamento. =====

===== **Ponto oito:** Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis – Pedido de isenção de pagamento de transportes municipais – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: Considerando: - As competências próprias atribuídas às Juntas de Freguesia e os recursos de que dispõem; - Os objectivos a que se propõe a Junta da Freguesia de Oliveira de Azeméis com a realização das “Férias Desportivas”, iniciativa de grande importância para a população da freguesia, nomeadamente, para os jovens que, desta forma, ocupam os seus tempos livres no período de férias de Verão; - Que a realização da actividade “Férias Desportivas” envolve um grande número de participantes e que todos os custos são assumidos inteiramente por esta Junta de Freguesia; - Que a Lei das Finanças Locais, publicada através da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, estabelece no seu art. 12º, n.º 2, que mediante proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal pode conceder isenções totais ou parciais relativamente às taxas a cobrar pela primeira, propõe-se: Ao abrigo da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja concedido à Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis, uma participação na organização da actividade “Férias Desportivas” relativa ao ano de 2008, no valor de €

1.904,49 (mil novecentos e quatro euros e quarenta e nove cêntimos), consubstanciada na isenção de pagamento dos transportes municipais por esta solicitados para o efeito. Remeta-se à Assembleia Municipal para decisão”. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Como é do conhecimento geral, o programa “Férias Desportivas”, desenvolvido pela Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis, envolve dezenas de jovens que desta forma ocupam os seus tempos livres no período de férias de Verão. Desta forma, a Junta de Freguesia contribui para um desenvolvimento sadio, quer ao nível da cultura, quer do desporto, das crianças e jovens, mantendo-os em segurança enquanto os pais desenvolvem as suas actividades profissionais. Tendo em conta que os custos desta actividade são elevados e totalmente assegurados pela Junta de Freguesia, propõe-se a isenção do pagamento dos transportes municipais utilizados no corrente ano para o desenvolvimento desta actividade, sendo esta a participação do Município.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Helder Simões.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS.* =====

===== *Boa noite a todos. Relativamente a este ponto, concretamente, achamos salutar que a Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis promova esta actividade. Agora, a questão que nos trás aqui é quase sempre a mesma e tem a ver com a equidade que nós gostamos no tratamento destas matérias. Portanto, a questão que eu deixo aqui colocada, em termos de proposta, é saber se há acolhimento da parte do Executivo para aprovar medidas iguais para todas as Juntas de Freguesia que pretendam promover esta actividade. Tão-somente isso. Nós votaremos favoravelmente esta proposta desde que o Executivo Municipal salvasse que qualquer Junta de Freguesia que pretenda realizar uma actividade como esta tem um tratamento igual. Isto já foi, e às vezes as pessoas não querem dizer as verdades todas, e ninguém quer assumir paternidade de coisa alguma conforme o Dr. Ricardo dizia, fique lá com a paternidade dos regulamentos, das propostas todas, o que é certo é que nós sabemos, é que os Oliveirenses sabem que foi com a pressão dos comerciantes e do Partido Socialista que isto foi mudado. E neste caso concreto, também já foi mudado no passado a prática que era corrente de apenas beneficiar uma Junta de Freguesia no que diz respeito ao financiamento dos transportes para passeio dos idosos e, portanto, por proposta do Partido Socialista, foi proposto em Executivo Camarário e aceite pelo Executivo Camarário, e passou a ser abrangido para todas as freguesias uma percentagem de 40%. Neste caso concreto, também esperamos que haja coerência do Executivo nesta matéria e que todas as Juntas de Freguesia que promovam férias desportivas e que recorram a transportes municipais não paguem. É só, obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isso pertence às Juntas de Freguesia, não vou estar a obrigar ou estar aqui a fazer um programa que as Juntas de Freguesia irão cumprir no próximo ano. Eles é que têm que*

pensar e cada Junta de Freguesia que queira entrar num processo destes e adira a um processo destes, dirige-se à Câmara Municipal e com toda a certeza que a Câmara Municipal tratará todas as Juntas de Freguesia da mesma forma. O que eu tenho a certeza é que há aqui Juntas de Freguesia que não têm dinheiro para fazer isto. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentado. =====

*===== **Ponto nove:** Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 1.º semestre de 2008 – Conhecimento e tomada de posição. =====*

===== Presente o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 1.º semestre de 2008, para conhecimento e tomada de posição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Nós analisamos o relatório e estamos de acordo com o relatório que o auditor apresentou. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido relatório. =====

*===== **Ponto dez:** 3.ª Revisão ao Orçamento e PPI/ 2008 – Aprovação/ Ratificação. =====*

===== Presente a 3ª Revisão ao Orçamento de 2008, nas componentes de receita e despesa, elaborado nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 nº2 das condições técnicas e do constante no ponto 8.3.1 das notas sobre o processo orçamental e respectiva execução, do Decreto- Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e a 3.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2008, elaborada nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 n.º 2 das considerações técnicas e do constante no ponto 8.3.2 das notas sobre o processo orçamental e respectiva execução, do Decreto-Lei n.º54-A/99, de 22 de Fevereiro, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto acontece porque nós implantamos os computadores da Internet num espaço dos Bombeiros. Nós não tínhamos programado no PPI, foi uma oportunidade boa para os Bombeiros, uma boa oportunidade para aproveitarmos ainda alguns restos de dinheiro do POS Conhecimento. Já está a funcionar. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar/ ratificar as propostas apresentadas.* =

=====
 ===== **Ponto onze:** *Proposta de atribuição de lugar de estacionamento destinado a deficiente – Centro de Saúde Oliveira de Azeméis – Aprovação.* =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. A necessidade de criar um lugar destinado a deficientes junto ao Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis, propõe-se: a) A colocação dum sinal H1a (Parque Autorizado) junto ao edifício Jorsan. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A/98 de 1 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto.”* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *É a criação de um lugar de estacionamento junto ao Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis, que achamos que é importante e necessário e há pedido para isso.* =====

=====
 ===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

=====
 ===== **Ponto doze:** *Proposta de atribuição de lugar de estacionamento destinado à Paróquia de Oliveira de Azeméis, no Parque de La-Salette – Aprovação.* =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. A necessidade de criar um lugar de estacionamento no Parque de La-Salette reservado à Paróquia, propõe-se: a) A colocação dum sinal H1a (Parque Autorizado) com indicação “Reservado à Paróquia”. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A/98 de 1 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto.”* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *É precisamente para o pároco, é junto da Capela de La-Salette.* =====

=====
 ===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

=====
 ===== **Ponto treze:** *Processo n.º 2276/07 – GONVARRI – Produtos Siderúrgicos, S.A. - Margem de acerto nos termos dos n.ºs 2 e 4 do art.º 70 do RPDM.* =====

=====
 ===== **Processo n.º 2276/07 – Gonvarri- Produtos Siderúrgicos, S.A.,** *vem solicitar margem de acerto para a área de 11.287,20 m², classificada como espaços florestais, com sede na Rua da Indústria, Zona Industrial de Nogueira do Cravo.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia Municipal.* =====

===== *O ponto treze e o ponto catorze, e se assim for possível fazer esta proposta, tratam-se de dois pedidos de margem de acerto para duas empresas que fazem parte do mesmo grupo, que é o Grupo Gonvarri. É um pedido de margem de acerto para licenciamento dos edifícios industriais que possuem na zona industrial de Nogueira do Cravo/ Pindelo. Trata-se de margens de acerto de espaços florestais para incluir em espaço industrial, para mais facilmente poderem obter o licenciamento. Apesar da informação técnica que vem aqui anexa, isto aqui até na sequência da última Assembleia Municipal, referir que trata-se de indústrias que empregam ambas mais de seiscentos trabalhadores, que os motivos que constam da pretensão de indeferimento por parte do Técnico tem a ver também com uma servidão administrativa que é neste caso a via intermunicipal, que já se sabe que não vai ser realizada. Portanto, nessa sequência penso, a Câmara Municipal entende, que não será este o motivo que deverá indeferir o licenciamento destas indústrias, que são uma referência já do nosso concelho e que tantas pessoas empregam. Propomos a aprovação destas margens de acerto.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Helder Simões.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi concedido o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS.* =====

===== *Aproveitava já para falar do ponto treze e do ponto catorze em simultâneo, são assuntos muito idênticos e em coerência com aquilo que temos defendido no passado, nós dificilmente, dificilmente não, não votaremos favoravelmente estas margens de acerto porque temos o parecer técnico e isto eu gostava de perguntar ao Dr. Ricardo Tavares, que é como com um parecer técnico que diz claramente, cinco alíneas, que nos levam à conclusão que isto é de indeferir. O parecer do Chefe de Divisão Arqt.º Luís Castro, não é um técnico qualquer é um chefe de divisão, que diz que não cumpre o disposto no art.º 53.º, n.º 4 da alínea a) do Regulamento do PDM. Portanto, a Câmara Municipal ao votar isto favoravelmente não está a cumprir, de acordo com aquilo que os técnicos escrevem, o Regulamento do PDM. Das duas uma: ou vai cumprir e não se vai cometer nenhuma ilegalidade e então o técnico está a mais, ou então está a Câmara Municipal a cometer uma ilegalidade. E a questão é mais do que esta, porque no ponto a seguir volta-se a ter a mesma circunstância e a questão é, o Dr. Ricardo Tavares dizia que a via intermunicipal já não será executada e portanto poderemos dispensar, nós não sabemos o que é que a Revisão do PDM prevê para aquele espaço. Aquilo que já dissemos aqui várias vezes, o Dr. Ricardo diz que não se vai realizar mas nós não sabemos, pode ter informação que nós não temos e por isso é que nós pedimos, e sistematicamente somos menosprezados nesse aspecto, um parecer da Equipa da Revisão do PDM para o que é que se quer para aquele espaço. Eu concordo que se aquele espaço estava previsto para uma coisa e já não está, podemos equacionar outras coisas. Agora que nos digam taxativamente que vamos equacionar outras coisas à luz de dados concretos da Equipa da Revisão do PDM, e não é*

meramente a palavra do Dr. Ricardo Tavares, a mim não faz Lei, portanto não vou por essa justificação. É só. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para dar explicações. =====

===== Conforme já referi na última Assembleia, os Técnicos dão a sua informação técnica e eu acabei por justificar o porquê do n.º 1, no nosso entender, não dever ser motivo de inviabilizar um licenciamento, porque há um canal de protecção a uma via que não vai existir, nem consta da futura proposta de planeamento. A questão de integrar, ou não, perímetro urbano depende desta margem de acerto, ou não. Se esta margem for aprovada passa a integrar o perímetro urbano, portanto o ponto n.º 2 também deixa de fazer qualquer referência. Depois é a interpretação técnica do Arqt.º, que entende que não reúne os motivos de excepcionalidade e eu expliquei que deve merecer, porque é uma empresa que emprega seiscentos e tal trabalhadores e porque precisa de licenciamento para se continuar a manter em Oliveira de Azeméis. Vocês são tão protectores das indústrias em Oliveira de Azeméis, mas nunca vos vi a ter a coragem de aprovar uma margem de acerto como esta. Queixem-se ao IGAT, porque já houveram várias inspecções aqui do IGAT, não há problema nenhum. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a margem de acerto apresentada nos termos dos n.ºs 2 e 4 do RPDM, com os seguintes votos: a favor - vinte e quatro do PSD, CDS/PP e Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra - treze do PS; abstenções - PCP-PEV, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago de Riba-Ul e Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo. =====

*===== **Ponto catorze:** Processo n.º1549/07 – Gestamp Aveiro – Indústria de Acessórios de Automóveis, S.A. - Margem de acerto nos termos dos n.ºs 2 e 4 do art.º 70 do RPDM. =====*

*===== **Processo 1549/07 – Gestamp Aveiro – Indústria de Acessórios de Automóveis S.A.,** vem solicitar margem de acerto para a área de vinte e três mil trezentos e vinte e oito metros quadrados, classificada como espaços florestais e equipamento, com sede na Rua da Indústria, Zona Industrial de Nogueira do Cravo. =====*

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a margem de acerto apresentada nos termos dos n.ºs 2 e 4 do RPDM, com os seguintes votos: a favor - vinte e quatro do PSD, CDS/PP e Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra - treze do PS; abstenções - PCP-PEV, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago de Riba-Ul e Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo. =====

*===== **Ponto quinze:** Designação de um Membro da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Educação para o biénio 2008/2010. =====*

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== *O Partido Social Democrata propõe o Membro desta Assembleia Dr. António Isidro Marques Figueiredo (Lista A) e o Partido Socialista propõe o Membro desta Assembleia Bruno Armando Aragão Henriques (Lista B).* =====

===== *Colocadas as Listas à votação, por sufrágio secreto, verificou-se a seguinte votação: Lista A- Dr. António Isidro Marques Figueiredo- vinte e quatro votos; Lista B- Bruno Armando Aragão Henriques- dezassete votos e um voto em branco. Deste modo, o Senhor Dr. António Isidro Marques Figueiredo, do PSD, foi o Membro da Assembleia Municipal eleito para integrar o Conselho Municipal de Educação para o biénio 2008/2010.* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Designação de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação para o biénio 2008/2010.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *O Partido Social Democrata propõe o Presidente da Junta de Freguesia de Palmaz, Senhor Miguel Mendes da Silva (Lista A) e o Partido Socialista propõe o Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Senhor Prof. Agostinho do Carmo Tavares (Lista B).*

===== *Colocadas as Listas à votação, por sufrágio secreto, verificou-se a seguinte votação: Lista A- Miguel Mendes da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Palmaz- vinte e quatro votos; Lista B- Prof. Agostinho do Carmo Tavares - dezoito votos. Deste modo, o Senhor Miguel Mendes da Silva, foi o Presidente de Junta de Freguesia eleito para representar as Juntas de Freguesia do concelho no Conselho Municipal de Educação para o biénio 2008/2010.*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *Terminada que está a Ordem do Dia, vamos entrar no período destinado ao Público.* =====

==== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Domingos Abreu e Sousa e Prof. Leonel Martins.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Domingos Abreu e Sousa, residente na freguesia de S. Roque.* =====

===== *Boa noite. Eu desde já queria agradecer à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque pela amabilidade que teve no dia 08 de Setembro, numa conversa que tive com ela pessoalmente, onde chegou o Senhor Presidente da Câmara que não me queria receber ou falar comigo e com a Senhora Presidente da Junta, comprometeu-se comigo mandar o funcionário da Junta de Freguesia a arranjar-me a entrada. Eu acho que qualquer Membro desta Assembleia, ou até mesmo o Senhor Presidente da Câmara, se tivesse esta entrada nas propriedades deles não gostavam. Posso dizer que hoje à tarde andaram a meter alcatrão num bocado, na transversal, da estrada e o restante ficou, devendo o alcatrão ter escasseado. O Senhor Presidente prometeu-me, na entrada do átrio, a mim e a Senhora Presidente da Junta*

estava comigo, porque ele não queria falar comigo, nem com a Senhora Presidente, queria virar as costas e eu disse “o Senhor Presidente não me vai fazer uma coisa dessas, o Senhor vai ouvir aquilo que eu tenho para lhe dizer, não lhe vai roubar muito tempo”. A Senhora Presidente da Junta disse-lhe que o problema era grave e que tinha que o resolver e o Senhor Presidente virou-se para a Senhora Presidente da Junta e diz-lhe “é só um, são tantos. É só um?”. Ora bem, andaram a meter alcatrão hoje à tarde, andaram só meter naquele quarteirão, o resto não é nada, quer dizer hoje à tarde apareceu lá um bocado de alcatrão, não na minha entrada ou na entrada dos restantes vizinhos, na minha. Acontece que tinha este amontoado de pedras, lixo, faz de conta que é um espaço verde que lá está ou estava, andaram a limpar tudo, está a começar outra vez esse novo espaço verde, mas acontece o seguinte: do amontoado de pedras que lá tinha, e muito bem, o funcionário da Junta meteu aquilo em plano, mas agora com estas chuvas está a ficar a cova e eu posso dizer que actualmente já tenho outra vez o avental riscado de tanto zurrar no chão e eu não entro à bruta na minha propriedade. Eu como pagante de impostos, entreguei as fotografias ao Senhor Presidente, ao contrário daquilo que foi afirmado de que estou a pedir uma indemnização, não, eu estou a pedir, enviei para a Junta o fax, enviei para a Câmara o mesmo fax e enviei o recibo para me pagarem. É isso que eu quero que me paguem, é o conserto do carro como está quase outro para pagar, porque eu não sou rico, sou pobre. Pago os meus impostos, tenho os meus impostos em dia, tenho direito a pedir. Outra situação, não sei se esta Assembleia tem conhecimento daquilo que passou esta semana aqui na “necessidade”, não é cidade, “necessidade de Oliveira de Azeméis”. Quando foi aqui referido pelo Senhor Prof. Albino Martins que a Escola Ferreira de Castro, ou a Escola da Feira dos Onze, eram escolas do terceiro mundo, pois se bem lembram, eu não quero ser o “Tininho de Rãs”, não quero, mas se bem se lembram eu publiquei no “Correio de Azeméis”, aquelas imagens, ou fotografias, das casas de banho de La-Salette onde eu afirmava que eram umas..., e utilizei bem o termo, do terceiro mundo. E posso-vos dizer e se alguém quiser vir comprovar, cheirar o meu carro, o que se passou esta semana no Calvário foi grave demais para se chamar a isto uma cidade, quase no centro da cidade. No Lar Pinto de Carvalho, o Senhor Presidente da Câmara ficou de me resolver esta situação na terça-feira, conforme a Senhora Presidente ouviu, mas não disse o mês, não disse o ano. Há um bocado afirmou de que vai tapando buracos. Na semana passada, o que se passou de grave, que penso que o “Correio de Azeméis” vai publicar esta semana, mas eu tenho isso tudo gravado, foi que na ponte do Calvário, em frente à casa do falecido e saudoso Senhor Joaquim Santos, até à outra extrema da ponte, até à taberna do falecido Serrano, era um rio de mixórdia. Andou lá o SOS Cidade na quarta-feira, com uma vara a tentar desentupir uma caixa de esgoto. Abandonaram aquilo, deixaram aquilo na mesma. Passou-se quarta, quinta, sexta, no sábado tudo na mesma e isto acontecia mais durante o dia em que corria a céu aberto, à noite, a partir das oito e meia, nove horas aquilo era um autêntico rio de mixórdia, as pessoas que lá passavam tapavam o nariz e tinham que fugir para não levar banhos, conforme houveram pessoas que levaram, de mixórdia. No domingo, o SOS Cidade, a mesma equipa, às 16h e 20m, andavam lá a fazer o trabalho que abandonaram na quarta-feira, no domingo à tarde, em plena hora de passarem excursões para o Parque de La-Salette, todos sabem que eu sou um fiel defensor da minha terra e do Parque de La-Salette. Pergunto eu: Porquê? Eu andava a filmar e há um funcionário da Câmara que me vem tentar agredir com um ferro e eu, muito sinceramente, sou daquelas pessoas que tem muito pouco medo, quer dizer não sou nenhum herói mas também tenho pouco medo, nasci para morrer, portanto estou pronto para morrer, mas também dão-me a matar ou então... Hoje de manhã fui fazer a reclamação por escrito, aliás tinha uma carta para mandar ao Senhor Presidente da Câmara e em relação ao meu assunto ainda tenho a dizer que não há comunicação entre Câmara, as divisões da Câmara, porque eu posso dizer que estou constantemente a telefonar

para a Dra. Vera, a Dra. Vera faz o favor de me dizer para ir ligando, que já entregou e fez vários telefonemas para a Divisão de Obras e a resposta nada, zero, diz ela que não lhe dão resposta. Em relação a ontem, eu estava lá a filmar, eu sou uma pessoa que sou atento a muita coisa, não me meti com ninguém e veio um senhor com ferro em riste, levanta-me o ferro e faz o favor de me tentar agredir, pois o homem já estava bêbedo. Como é que é possível um senhor alcoolizado andar com uma máquina da Câmara, com um tractor cisterna. Apresentei queixa na GNR e hoje fui fazer a reclamação por escrito à Câmara. O senhor não se quis identificar, telefonei à GNR para vir ao local, para ver o que se estava a passar, a GNR foi para um acidente e não pôde comparecer, telefonei novamente para a GNR a dizer que o senhor se ia embora e eles disseram-me que não havia problema para tirar a matrícula à viatura, conforme fiz e por meios próprios, porque eu também sei lidar com as coisas, fui saber o nome do senhor, posso dizer, não tenho medo nenhum, é o Senhor Joaquim Silva, conhecido por “Paiveiro”. Eu gostava de saber que moral, que autoridade tem este senhor para estando em pleno serviço da Câmara fazer um acto desses e como é possível não se resolver o problema na quarta-feira, ou na quinta-feira, e depois no domingo a mesma equipa consegue resolver o problema em plena hora de movimento, que nem sequer foi de manhã. Eu tenho o meu caro que cheira ao “pivete” e tenho de o mandar lavar por baixo e por cima, porque ninguém pode entrar no carro. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Prof. Leonel Martins, residente nesta cidade. =====

===== Boa noite a todos os presentes. Eu aproveitava já para uma deixa, aqui em relação ao Senhor Hermínio, que avisou-me logo que eu tinha cinco minutos. Ele na semana passada deu uma entrevista à “Voz de Azeméis” e dois pontos que eu fixei: um foi em relação à Assembleia Municipal e outro foi em relação ao Parque de La-Salette. Em relação à Assembleia Municipal, o Senhor Hermínio dizia que era agradável, que congratulava-se com o facto de virem aqui as pessoas participar e dar sugestões e eu também dava a sugestão que cortassem logo com a questão dos cinco minutos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Senhor Prof., se o Senhor quiser fazer justiça, que eu sei que é um homem que faz justiça, há-de dizer quantas vezes eu lhe cortei a palavra, se calhar nunca lhe cortei nenhuma. Agora há uma questão de princípio, porque senão estamos aqui o tempo todo. =====

===== O Senhor Prof. Leonel Martins continuou a sua intervenção: =====

===== Vinham cá pessoas dar sugestões e quando elas eram úteis a Câmara tinha em atenção, foi o caso do senhor que veio cá falar em relação à Feira de Artesanato, que deu sugestões que foram aproveitadas. Eu, infelizmente, venho cá mas as minhas sugestões não são atendidas. Depois falou no caso de La-Salette e dizia que era pena os Oliveirenses não aproveitarem, que estão um pouco afastados do Parque de La-Salette. O problema do Parque de La-Salette, infelizmente, é a questão geográfica, o Parque de La-Salette está ligeiramente afastado de Azeméis, se ele estivesse mesmo no meio, no jardim, as pessoas iam até lá, mas fica um bocado afastado. Já que não se pode puxar o Parque de La-Salette, temos que criar condições que permitam levar lá os Oliveirenses mais facilmente. Por isso é que, naquela altura em que se falou no PU, eu apresentei a sugestão de se criar uma passagem junto ao campo de

futebol da Oliveirense para dar acesso ao Parque. Eu não sei como é que ficou isso, porque entretanto creio que há uma outra proposta de fazer ali uma rotunda, não sei se mantém essa proposta de se fazer a ligação ao Parque de La-Salette. Mantém-se no PU? Sim. Bom, mas isso provavelmente é para médio ou longo prazo e era preciso resolver o problema a curto prazo. Eu já vim cá, isto é repetitivo, peço imensa desculpa, que é a necessidade urgente de se fazer um passeio no Calvário. Eu conversei há tempos com o Senhor Ramiro e o Senhor Ramiro dizia-me, eu sei que foi na brincadeira, “as pessoas que vão por aquele carro que dá para o antigo sanatório”. É lógico que nem pensar nisso. É necessário e urgente fazer o passeio, porque as pessoas agora passam a uma velocidade enorme. Eu gostava até que um dia, quando fazem essas passeatas, organizam essas passeatas, fizessem uma passeata a pé para verem a noção do perigo que é ir até ao Parque de La-Salette a pé. Para mais agora tem a escola, vão muitos miúdos para a Ferreira de Castro a pé. Eu acho que não é um investimento tão grande quanto isso, acho que é mais uma questão de boa vontade. Eu não sei se já ponderaram fazer o passeio ou não, Senhor Presidente, mas acho que era tempo de pensar nessa hipótese antes que aconteça uma desgraça como aconteceu junto à farmácia para depois se fazer a zona pedonal, acho que antes de acontecer isso se fosse possível pensar isso ponderadamente. Era um pormenor. Outro pormenor que eu gostava de falar, que também já vim falar anteriormente, é em Santo António, aquela história do semáforo. Os semáforos estão intermitentes, a passadeira está pintada no chão antes dos semáforos, as pessoas não respeitam e é extremamente perigoso atravessar ali para o outro lado. Acho que também não custa nada pintar ali uma passadeira situada entre os dois semáforos. Outra coisa que também já falei, é aquela placa, ainda à bocado vinha com um senhor que me deu boleia, de vez em quando também ando de carro, e nós íamos a passar ali aos Bombeiros e eu disse “já reparou que tem ali uma placa que é para dar a prioridade aos peões?” e ele disse “eu passo aqui há montes de tempos e nunca reparei”, isto porque a placa está muito afastada. Eu já disse isso na outra vez, falei com o Dr. Ricardo, fiz por escrito já há mais de ano e meio e acho que nunca nada puxá-la para cá, porque há muita gente que passa de carro e não respeita as pessoas que estão a passar do lado da Igreja para o outro lado e vice-versa. Depois outra coisa, também já apresentei essa sugestão ao Dr. Ricardo, era ponderarem se não seria possível, já que agora é viável cortar ali para os Bombeiros logo directamente, se não era possível voltar ao antigamente, que era evitar o trânsito em frente da Igreja. Acho que agora há alternativas e se calhar não se justifica muito a passagem dos carros em frente aos Bombeiros. Vou ser rápido, outra coisa e era uma pergunta que eu fazia ao Senhor Presidente em relação à piscina. Oliveira de Azeméis, como sabem, foi pioneira, foi das primeiras localidades cá em Portugal que teve uma piscina com dimensões que na altura eram consideradas olímpicas, tanto que se fizeram aí torneios, depois aquilo desapareceu, fez-se a piscina lá em cima em La-Salette, pequenina mas jeitosinha, tem trinta e tal anos e em trinta e tal anos nunca foi investido lá um tostão, se se faz investimentos são pontuais, dá-se uma pintadela. Os senhores não devem ir lá, porque senão apercebiam-se do estado em que se encontra, inclusivamente rebentou lá agora canos e fechou-se a piscina mais cedo. Isto porque já não se faz investimento na piscina há mais de trinta e tal anos. Quem conhece a piscina, foi lá que eu aprendi a nadar, vê que a piscina continua exactamente igual, tirando uma coisa ou outra está exactamente igual. Falta-nos uma infra-estrutura dessas, porquê? Tanto mais, como sabem, Oliveira de Azeméis é no distrito de Aveiro é o único concelho que não tem piscina coberta. Temos o caso de Albergaria que tem duas piscinas. A piscina lá em baixo, dava-me a impressão que estava embaladinha e até se tinha falado que ia abrir este ano, mas agora não se vai abrir, não é Senhor Presidente? As más-línguas dizem que é época de votos e estão a empatar, mas eu acho que há um problema com as águas. É uma infra-estrutura que é

necessária e até nos fica mal nós dizermos que não temos uma piscina coberta em Oliveira de Azeméis. Boa noite. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio da seguinte forma: =====

===== Relativamente às respostas pendentes, como sabem nós agora temos uma monitorização que é feita pela Mesa, as respostas pendentes aos Municípes que aqui colocam questões, aquela que foi apresentada pelo Senhor Altino Serafim Valente Tavares parte dela está respondida, que tinha a ver com a zona de Santo António, portanto já lhe foi dado conhecimento, bem como as questões colocadas na Assembleia de 27 de Junho pelo Senhor Vicente Oliveira, de Vilar. Em 27 de Junho também há um conjunto de sugestões que normalmente são aqui apresentadas pelo Prof. Leonel Martins, que posso aqui verificar: está aqui o caminho para La-Salette, está aqui a passadeira de Santo António em frente à Pastelaria Laranjeira, são questões que já nos tinham aqui sido colocadas, estão registadas, ainda não estão evidentemente resolvidas. Logo que estiverem resolvidas daremos conhecimento aos Municípes. Eu entendi também colocar aqui, para estar monitorizado pela Mesa, a sugestão do Membro da Assembleia Municipal Dr. Fernando Pais Ferreira relativamente à questão da toponímia, para ver se podemos dar algum avanço a esse dossier. =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar esta Sessão, o Senhor Presidente da Assembleia disse: =====

===== Tenho também uma informação a dar, que me foi comunicado, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, que está a decorrer uma auditoria, inserida no projecto designado de “Avaliação do Endividamento Municipal” ao Município de Oliveira de Azeméis, pela Inspeção-Geral das Finanças e, portanto, tenho que dar conhecimento à Assembleia Municipal dessa mesma auditoria. Agora sim, não tenho mais nada a informar, tenho só a agradecer a compreensão de todos e desejar um resto de dia feliz. Boa noite e muito obrigado. =

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 21h e 15m, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====